



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2020

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van/Micro Onibus zero quilometro, destinado a Secretaria de Saúde do município de São José das Palmeiras-PR.

EMPRESA: ANTONHOLI & GARCIA
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, nº 979, inscrito no C.N.P.J./M.F. sob nº 77.819.605/0001-33, centro, São José das Palmeiras-PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. GILBERTO FERNANDES SALVADOR.

NOTIFICADA: ANTONHOLI \$ GARCIA MAQUINASE EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. 33.441.004/0001-64 com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 206 – jardim Shangli-la A – Londrina-PR.

Considerando que a notificada firmou com o Município o Contrato licitatório nº 054/2020 do Pregão Presencial nº 19/2020.

Cujo objeto é a aquisição de 01(um) veículo do tipo Van/Micro Ônibus Zero quilometro, para atender a secretaria de Saúde da prefeitura de São José das Palmeiras - PR.

Considerando que a empresa não entregou no prazo estipulado em contrato os itens solicitados.

Tem o presente a finalidade de NOTIFICAR – como de fato se considera NOTIFICADA - a empresa: ANTONHOLI \$ GARCIA MAQUINASE EQUIPAMENTOS LTDA, para que providencie a entrega imediatamente do que foi solicitado no pedido conforme o empenho nº 2183.

Fica desde já ciente a NOTIFICADA que o não cumprimento à presente solicitação no prazo indicado a fará incidir em mora, sujeita à adoção das medidas cabíveis, especialmente as previstas no Edital/Contrato e as constantes da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, inclusive medidas judiciais e extrajudiciais.

Marisa Mendes de Araujo Neves
Fiscal de contrato

Gilberto Fernandes Salvador
Prefeito

São José das Palmeiras, 19/10/2020.

Município de São José das Palmeiras - PR

CNPJ: 77819605000133 IE:
Endereço: Rua Marechal Castelo Branco, 979 CEP: 85898000 Cidade: São José das Palmeiras
Fone: 45 32591150 Fax: 45 32591150

NOTA DE EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
2183/2020	Ordinário	17/08/2020		

Licitação	Número
Tipo	19/2020 de 16/07/2020
Pregão	

Contrato/Aditivo								
Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada
950	54/2020 - SIM-AM: 542020		17/08/2020	17/12/2020		17/08/2020	17/10/2020	

Credor	Matrícula	CPF/CNPJ
Fornecedor	7522-1	33.441.004/0001-64
ANTONHOLI E GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		
Endereço	Bairro	
RUA EUCLIDES DA CUNHA, 206, 0	JD SHANGRILA	
Cidade/UF	CEP	Fone
Londrina/PR	86070-500	433387221
	Tipo de conta bancária	Banco Agência Conta

Classificação da despesa	Saldo anterior
06 SECRETARIA DE SAUDE	R\$ 207.799,00
06.002 Fundo Municipal da Saúde	Valor empenhado
10.301.0007.1009 Reequipamento da Secretaria de Saúde, Fundo e Setores	R\$ 153.999,00
4.4.90.52.48.00 VEÍCULOS DIVERSOS	Saldo atual
1850 00518 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 53.800,00
Do Exercício	

Outras informações

Histórico

Certidão	Número	Validade
CND TRABALHISTA	10196440/2020	28/10/2020
Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida At	9B885DF0102D6F15	29/10/2020
Certidão Negativa Municipal	1431723/2020	02/09/2020
Certidão de Débitos Tributários Estadual	022190912-88	31/10/2020
Certificado de Regularidade do FGTS CRF	2020072908164528561757	27/08/2020

Veículo do tipo Van/micro ônibus, Marca: Renault/ Modelo: MASTER L2H2, Motorização: 2.3 Diesel, ano fabricação 2019, modelo 2020; COR BRANCA - veículo com potência mínima de 127 cv; Combustível - diesel; equipada com Ar condicionado; Capacidade mínima de 15 passageiros mais 01 para motorista, em conformidade com o CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), PROCONVE (Programa de Controle de Poluição do Ar para veículos Automotores) e CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente); Banco do motorista com regulagem de altura; Bancos reclináveis e/ou fixos; Tacógrafo, Saída de emergência nas janelas laterais; Air bag duplo; Porta lateral corredeira; Vidros elétricos (lado motorista /passageiro); Direção hidráulica e/ou elétrica e demais acessórios e equipamentos e série e equipamentos de lei.

GARANTIA DE FÁBRICA conforme manual do proprietário

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal



AVISO DE
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATARIO:

Antonholi \$ Garcia Maquinas e equipamento Ltda

Rua: Euclides da Cunha n°206

Jardim Shangri-la - Londrina-PR

Cep: 86.070-500

DESTINATAIRE

NOME DO DESTINATAIRE

UF	PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

CV-19

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

23/10/20

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DESTINO
DATA DE ENTREGA



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Lucas

Takahashi

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Insc. de Carlos Silva Pereira
Mat. 8.563.675-4

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

73240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 03 de novembro de 2020.

Ilmo Senhor:

Venho, respeitosamente, informar-vos que fiscalizando o Contrato n.º 054/2020, constatou-se que a contratada não efetuou a entrega do veículo Van/Micro Onibus licitado.

Informo, que o contrato de aquisição foi assinado em 17/08/2020, sendo emitida a nota de empenho nº 2183/2020, conforme cópia anexa.

Notificamos a empresa para que efetuasse a entrega imediata do veículo na data de 19/10/2020, a qual não se manifestou. A cláusula quarta do contrato de aquisição de veículo, prevê a entrega do produto num prazo Máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da sua assinatura.

Sendo assim a leitura da cláusula contratual leva a concluir que, efetivamente, a empresa está descumprindo os termos da sua obrigação e, assim procedendo, causa prejuízo, constrangimento e incômodos à administração, caracterizando, portanto, situação revista o art.78 da Lei nº 8.666/93, o fato enseja seja promovida, **pelo devido processo legal**, a RESCISÃO DO CONTRATO.

Já contando com o vosso pronto atendimento, meus sinceros agradecimentos e protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente;

MARISA MENDES DE ARAUJO NEVES

Fiscal do Contrato

Ilmo Senhor

GILBERTO FERNANDES SALVADOR

M.D. Prefeito Municipal

São José das Palmeiras/PR

ECT - EMB. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 424745 - AC SAO JOSE DAS PALMEIRAS
SAO JOSE DAS PALMEIRAS PR
CNPJ..... 34033163/0003 Insc Est.: 1012097251
COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente..... MUNICIPIO DE SAO JOSE DAS PA
CNPJ CPE..... 77819609000135
Doc. Post..... 388349035
Contrato.: 9912330356 Cod. Adm.: 1330332
Cartao...: 67454173

Movimento.: 05/11/2020 Hora.....: 11:07:07
Caixa.....: 98489715 Matrícula.: 85595555
Lancamento.: 002 Atendimento.: 00001
Modalidade.: A Faturar ID Tiquete.: 1901250028

DESCRICAO	QTD	PRECO(R\$)
SEDEX CONTRATO AG 1	1	27,76
Valor do Porte(R\$)...	21,41	
Cep Destino: (Buro-Buro PR)		
Peso real (KG)...	0,000	
Peso Tarifado...	0,000	
OBJETO===== DMS445164PR		
AVISO DE RECEBIMENTO.	6,35	

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 27,76

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação dos(ys) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais.

Nome: RG:
Ass. Responsável.....

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES LEI 6533/73

O acompanhamento dos(ys) objeto(s) poderá ser
realizado pelos remetentes e destinatários
por meio do portal dos

Correios <https://www.correios.com.br/>

ou pelo aplicativo de rastreamento

Ganhe tempo!

Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios

Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.

VIA-CLIENTE

SARA 8.2.03



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

Ofício n.º 0184/2020.

São José das Palmeiras, 04 de novembro de 2020.


Prezado Senhor:

Servimo-nos do presente para informar que foi criada uma comissão especial para ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, pois após fiscalizado o Contrato n.º 054/2020, constatou-se que a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUNAS E EQUIPAMENTOS LTDA, não efetuou a entrega do veículo Van licitada.

Dessa forma, fica assegurado o direito de defesa (§ 2º do artigo 87, da lei Nº 8.666/93), facultando-lhe executá-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento desta notificação, a fim de esclarecer os motivos que a impediram de realizar a entrega do produto.

Sendo o que tínhamos para o momento reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

ATENCIOSAMENTE


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

A

ANTONHOLI & GARCIA MAQUNAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Rua Euclides da Cunha, 206 - Jardim Shangri-La A
Londrina-PR

Rastreamento

Rastreamento de objetos

Rastreamento de objetos em outros países

Como rastrear um objeto

Siglas utilizadas no rastreamento de objetos

DM 354 439 411 BR

Postagem
20/10/2020Objeto saiu para entrega ao
destinatário
23/10/2020Entregue
23/10/202023/10/2020
14:18
LONDRINA / PR

Objeto entregue ao destinatário

23/10/2020
10:22
LONDRINA / PR

Objeto saiu para entrega ao destinatário

22/10/2020
20:23
CURITIBA /
PR**Objeto em trânsito - por favor aguarde**
de Unidade de Tratamento em CURITIBA / PR para Unidade de
Distribuição em LONDRINA / PR20/10/2020
14:37
Sao Jose Das
Palmeiras / PR**Objeto em trânsito - por favor aguarde**
de Agência dos Correios em Sao Jose Das Palmeiras / PR para
Unidade de Tratamento em CURITIBA / PR20/10/2020
11:12
Sao Jose Das Palmeiras / PR**Objeto postado após o horário limite da unidade**
Sujeito a encaminhamento no próximo dia útilTodos os objetos internacionais estão sujeitos à cobrança do despacho postal.
Clique [aqui](#) para saber mais

Nova Consulta

Imprimir

Suspender Entrega

Acesse o aplicativo dos Correios e
leia o código 2D ao lado. Você
não precisará digitar o código do
objeto e poderá salvar na sua lista
de favoritos.SEDEX 12 e do SEDEX Hoje,
representa o horário real da
entrega.As informações de rastreo
de objetos registrados
ficarão disponíveis até
180 dias após a data de
postagem.**Objetos com origem ou
destino fora do Brasil**O rastreamento para
objetos postados no Brasil
com código iniciado por
"R" e "C" e terminado com
"BR" não é garantido fora
do território brasileiro.Para esses objetos, os
operadores postais de
outros países podem não
disponibilizar e/ou
transmitir informação de
rastreamento para o
Brasil.Sendo assim, consultas
de rastreamento de
objetos podem também
ser realizadas nos sites
dos operadores de
destino disponíveis no site
da UPU - União Postal
Universal.**Para os objetos
postados no Exterior
para o Brasil**, o serviço
contratado pelo remetente
na origem determina o
nível de informação de
rastreamento de objetos
em nosso site.Objetos registrados
recebidos do exterior que
apresentam código
iniciado por "R" não
pertencem à modalidade
expressa, portanto não há
rastreamento ponto a
ponto. As informações no
sistema de rastreamento
para esses objetos "R"
incluem apenas os
eventos: "recebimento no
Brasil", "entrega",
"tentativa de entrega" ou
"aguardando retirada na
unidade responsável". No
caso do objeto ser
tributado, haverá os
eventos de
"encaminhamento para
fiscalização e tributação"
e "saída da fiscalização".O prazo estimado de
entrega dos objetos
registrados é de 40 DIAS
ÚTEIS a partir da
confirmação de
pagamento dos impostos
(se tributado) e do
despacho postal. Tabela
prazos de entregaRemessas iniciadas com
o código "UM" não são
rastreadas no Brasil.
Esse código é utilizado
pelo país de origem para
indicar que a remessa é
passível de pagamento de
imposto de importação no
destino.

AVISO DE
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

DESTINATARIO:

Antonholi S Garcia Maquinas e equipamento Ltda

Rua:Euclides da Cunha n°206

Jardim Shangri-la - Londrina-PR

Cep: 86.070-500

DESTINATAIRE

UF PAIS / PAYS

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

LUCAS JIMENEZ

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

10/11/20

CARIMBO DE ENTREGA
LIVRADO DESTINO
LIVRÉ À DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

N° DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTRodrigo Duarte de Souza
Mat. 85626198

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

PCD483 / 16

114 x 186 mm

Headmouse

Teclado Virtual

Contraste

A

Tamanho padrão

A

Ir ao conteúdo

Fale com os Correios



Outros sites

Correios de A a Z

Sistemas

Rastreamento

Rastreamento de objetos

Rastreamento de objetos em outros países

Como rastrear um objeto

Siglas utilizadas no rastreamento de objetos

DM 354 439 337 BR

Postagem	Objeto saiu para entrega ao destinatário	Entrega
05/11/2020	10/11/2020	10/11/2020
10/11/2020 13:00 LONDRINA / PR	Objeto entregue ao destinatário	
10/11/2020 10:15 LONDRINA / PR	Objeto saiu para entrega ao destinatário	
09/11/2020 20:56 CURITIBA / PR	Objeto em trânsito - por favor aguarde de Unidade de Tratamento em CURITIBA / PR para Unidade de Distribuição em LONDRINA / PR	
05/11/2020 14:07 Sao Jose Das Palmeiras / PR	Objeto em trânsito - por favor aguarde de Agência dos Correios em Sao Jose Das Palmeiras / PR para Unidade de Tratamento em CURITIBA / PR	
05/11/2020 10:07 Sao Jose Das Palmeiras / PR	Objeto postado após o horário limite da unidade Sujeito a encaminhamento no próximo dia útil	

Todos os objetos internacionais estão sujeitos à cobrança do despacho postal.
Clique [aqui](#) para saber mais

Novo Consulta

Imprimir

Suspender Entrega



Acesse o aplicativo dos Correios e leia o código 2D ao lado. Você não precisará digitar o código do objeto e poderá salvar na sua lista de favoritos.



SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, representa o horário real da entrega.

As informações de rastreo de objetos registrados ficarão disponíveis até 180 dias após a data de postagem.

Objetos com origem ou destino fora do Brasil
O rastreamento para objetos postados no Brasil com código iniciado por "R" e "C" e terminado com "BR" não é garantido fora do território brasileiro.

Para esses objetos, os operadores postais de outros países podem não disponibilizar e/ou transmitir informação de rastreamento para o Brasil.

Sendo assim, consultas de rastreamento de objetos podem também ser realizadas nos sites dos operadores de destino disponíveis no site da UPU - União Postal Universal.

Para os objetos postados no Exterior para o Brasil, o serviço contratado pelo remetente na origem determina o nível de informação de rastreamento de objetos em nosso site.

Objetos registrados recebidos do exterior que apresentam código iniciado por "R" não pertencem à modalidade expressa, portanto não há rastreamento ponto a ponto. As informações no sistema de rastreamento para esses objetos "R" incluem apenas os eventos: "recebimento no Brasil", "entrega", "tentativa de entrega" ou "aguardando retirada na unidade responsável". No caso do objeto ser tributado, haverá os eventos de "encaminhamento para fiscalização e tributação" e "saída da fiscalização".

O prazo estimado de entrega dos objetos registrados é de 40 DIAS ÚTEIS a partir da confirmação de pagamento dos impostos (se tributado) e do despacho postal. Tabela prazos de entrega

Remessas iniciadas com o código "UM" não são rastreáveis no Brasil. Esse código é utilizado pelo país de origem para indicar que a remessa é passível de pagamento de imposto de importação no destino.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

Publicação em 04.11.2020

Diário Oficial dos Municípios do Paraná / Al

Edição nº 2130

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

PORTARIA N.º 153/2020

DATA: 03 de novembro de 2020.

SÚMULA: Nomeia Membros para Comporem a Comissão de Processo Administrativo a fim de apurar o descumprimento do Contrato n.º 054/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE

Art. 1º - Nomeia membros para comporem a Comissão que deverá abrir processo administrativo, a fim de apurar o descumprimento do Contrato n.º 054/2020, para aquisição veículo do tipo Van/Micro Onibus zero quilometro, destinado a Secretaria de Saúde do município de São José das Palmeiras-PR.

Membros:

Eliane dos Santos Moreira Lourenço
Dgessica Caroline Niederle
Danubia Kassia da Silva Bernabé

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras – Paraná, em 03 de novembro de 2020.


GILBERTO FERNANDES SALVADOR

Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA N.º 153/2020 - NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR O
DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 054/2020**

PORTARIA N.º 153/2020
DATA: 03 de novembro de 2020.

SÚMULA: Nomeia Membros para Comporem a
Comissão de Processo Administrativo a fim de apurar
o descumprimento do Contrato n.º 054/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS –
ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES
LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA DO
MUNICIPIO.

RESOLVE

Art. 1º - Nomeia membros para comporem a Comissão que deverá
abrir processo administrativo, a fim de apurar o descumprimento do
Contrato n.º 054/2020, para aquisição veículo do tipo Van/Micro
Onibus zero quilometro, destinado a Secretaria de Saúde do município
de São José das Palmeiras-PR.

Membros:

Eliane dos Santos Moreira Lourenço

Dgessica Caroline Niederle

Danubia Kassia da Silva Bernabé

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras – Paraná,
em 03 de novembro de 2020.

GILBERTO FERNADES SALVADOR

Prefeito Municipal

Publicado por:

Marisa Mendes de Araujo

Código Identificador:4A8B5F5E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 04/11/2020. Edição 2130

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, transcorreu o prazo concedido por meio do Ofício N° 184/2020, de 04 de Novembro de 2020, sem que a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** apresentasse as suas razões de defesa. Do que para constar, lavrei o presente termo.

São José das Palmeiras, 18 de novembro de 2020.

Eliane dos Santos Moreira Lourenço
Comissão de Processo Administrativo

Dgessica Caroline Niederle
Comissão de Processo Administrativo

Danubia Kássia da Silva Bernabé
Comissão de Processo Administrativo



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

RELATORIO

CONTRATO Nº 054/2020

COMISSÃO ESPECIAL, designada pela Portaria nº 0153/2020

1. Foi constatado que a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** não efetuou a entrega de 01 (um) veículo do tipo Van licitada, objeto do Pregao Eletronico nº 019/2020, contrato nº 054/2020.
2. Inexiste junto ao setor de licitações qualquer justificativa pelo atraso.
3. A empresa contratada foi devidamente notificada.
4. Assim sendo, observa-se o descumprimento contratual.
5. As circunstâncias acima expostas são o bastante para caracterizar a hipótese de deficiência na execução do contrato, atraindo as sanções do Art. 87, da lei Nº 8.666/93 e Art 7º da Lei 10.520/2002, que à Administração se impõe como dever e não como faculdade.
6. Caberá ao Município de São José das Palmeiras/PR, efetuar a rescisão contratual, aplicando a penalidade prevista na clausula quinta, item 2 e 3.
7. Diante do exposto, entendemos ser cabível e automática da Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos e Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

São José das Palmeiras, 18 de novembro de 2020.

Eliane dos Santos Moreira Lourenço
Comissão de Processo Administrativo

Dgessica Caroline Niederle
Comissão de Processo Administrativo

Danubia Kássia da Silva Bernabé
Comissão de Processo Administrativo



Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

Solicitação

1 mensagem

18 de novembro de 2020 10:08

Administrativo <Administrativo@webvalor.net.br>
Para: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

Bom dia,

Envio em anexo solicitação para análise ref entrega do veículo.

Agradeço a resposta

Att

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
TELEFONE: (043) 3338-7221

De: Contabilidade sao jose das palmeiras <contabilidadesj123@gmail.com>
Enviada em: sexta-feira, 21 de agosto de 2020 13:59
Para: Administrativo@webvalor.net.br; gilberto-salvador@hotmail.com
Assunto: Nota Empenho 2183/2020 - Municipio Sao Jose das Palmeiras/PR

Boa Tarde

Conforme Solicitado, segue em anexo, NOTA EMPENHO 2183/2020 para aquisicao do Veiculo Van/Micro Ônibus, referente o Pregão 19/2020- Contrato 54/2020.

att

Jhonni Ricardo de Castro

Contador

3 anexos

Documento.pdf
3953K

Antonholi & Garcia - Comunicação Demora na Entrega Veículos.pdf

<https://mail.google.com/mail/u/0?ik=7ad8a62b27&view=pt&search=all&permthid=thread-f%3A1683703686891732811%7Cmsg-f%3A1683703686891...>

287K



Email Preços Renault.pdf

859K

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO PRESENCIAL 19/2020

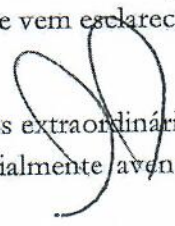
ANTONHOLI & CARGIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.441004/0001-64, situada na Rua Euclides da Cunha, nº 206, fundos, Jardim Shangri-la, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.070-050, vem, mui respeitosamente, ante Vossa Senhoria, Vossa Senhoria, apresentar **PEDIDO DE PROROGAÇÃO DE PRAZO E REEQUILÍBRIO FINANCEIRO-ECONÔMICO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO C/C PEDIDO DE RESCISÃO AMIGÁVEL**, pelos motivos e razões a seguir expostas.

1. DOS FATOS

A requerente participou e sagrou-se vencedora do PREGÃO em epígrafe, para a fornecer 01 (um) veículo tipo van/microônibus, conforme avença firmada via contrato administrativo.

Por razões alheias à vontade da Requerente não será possível efetuar a entrega do bem no lapso temporal previsto inicialmente e por intermédio da presente vem esclarecer os motivos que levaram ao atraso da entrega.

Como será demonstrado no curso deste petítório, devido a fatos extraordinários, a contratada não conseguirá efetuar a entrega do veículo no prazo inicialmente aventado, buscando assim a prorrogação do prazo nos termos a seguir delineados.



2. PRORROGAÇÃO DE PRAZO – FATO SUPERVENIENTE – AUSÊNCIA DE CULPA – ELEMENTOS QUE CORROBORAM O PEDIDO

Antes de adentrar ao pedido de prorrogação propriamente dito, necessário demonstrar a forma de trabalho da contratada:

Ao participar do processo licitatório e vencê-lo, não garante para a contratada a disponibilização da verba, posto que cabe à Administração sob sua discricionariedade efetivamente empenhar a verba ou não, motivando, assim, certa cautela por parte da contratada.

Vale ressaltar que a Administração pode pelo fato do príncipe, simplesmente cancelar o processo licitatório, sem que isso implique em responsabilização pelos danos ou pelas expectativas criadas no certame.

Ciente do fato do príncipe e ainda do poder discricionário que podem influenciar no período pós adjudicação, a contratada aguarda o recebimento da requisição e da nota de empenho para iniciar o faturamento do veículo.

A fim atender aos anseios da Municipalidade, após sagrar-se vencedora do pleito licitatório em questão e assinar o contrato administrativo, a Requerente deu início no cumprimento do contrato e efetuou a encomenda do veículo junto à montadora, haja vista a sua boa-fé e vontade de cumprir as obrigações assumidas perante a Municipalidade.

Quando do pedido de faturamento do veículo, a fábrica ainda não o tinha no pátio, de modo que somente após certa quantidade de pedidos os veículos passam a ser produzidos novamente, o que por via de consequência acarreta o atraso no recebimento e encaminhamento para adaptação conforme as exigências do contrato administrativo.

Ainda, devido a pandemia do Covid-19, a indústria automobilística tem trabalhado em escala reduzida visando a saúde de seus colaboradores, o que também agrega no atraso de produção dos veículos.

Ao tempo da do fechamento do contrato, o Brasil passava pela fase mais severa no combate à COVID19, com lockdowns em diversos estados, paralisação da produção industrial, com os mais variados reflexos sobre as atividades econômicas.

Os severos reflexos da pandemia no setor econômico agora vêm à tona, uma vez que a indústria automobilística está desabastecida, não havendo veículos prontos para faturamento, tampouco existe previsão quanto a normalização da produção industrial.

Apesar de ter solicitado o faturamento para a montadora, a requerente foi informada que não existem veículos prontos para faturamento, o que tornou-se obstáculo intransponível na entrega do bem.

Neste momento, além da ausência imediata dos veículos, a contratada foi informada de que haverá substancial aumento de preços, o que por sua vez impede a

entrega no valor inicialmente fixado, implicando na necessária aditivação contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O pedido de faturamento está lançado, mas não há culpa da contratada se a montadora não efetua o faturamento dado ao fato de não existirem veículos prontos para faturamento.

Desde seu ingresso no certame, a Requerente agiu sempre com prudência e zelo, não havendo culpa quanto aos fatos extraordinários decorrentes da pandemia COVID19, uma vez que ela é fato superveniente e imprevisível que não pode ser controlado contratada.

Havendo comprovação cabal dos motivos que ensejaram o atraso no cumprimento da obrigação, o deferimento da prorrogação de prazo era medida imperiosa e necessária e o deferimento por Vossa Senhoria, de prorrogação de prazo, nos termos da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

Essencial para o deferimento da prorrogação do prazo é a ocorrência de evento superveniente, excepcional ou imprevisível, alheio à vontade de uma das partes contratantes.

No caso em apreço, como já frisado alhures, a Requerente não efetua a entrega do bem no prazo acordado devido ao atraso da entrega do veículo pela montadora, que assim como a Requerente sofre com as consequências causadas pela pandemia do Covid-19 tornando impossível a entrega do veículo dentro do prazo inicial.

A melhor doutrina assevera que a possibilidade de prorrogação razoável existe, nesse sentido Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Os prazos de início, conclusão e de entrega admitem prorrogação, que há de ser sempre justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente, mantida a equação econômico-financeira, perante certas hipóteses nas quais é efetuable independentemente do edital ou do contrato haverem-na previsto. São Elas: alteração do projeto ou especificações pela Administração; superveniência de fato imprevisível que altere fundamente suas condições de execução; interrupção de ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem da

Administração; aumento dos quantitativos inicialmente previstos; **impedimento da execução provocado por evento de terceiro;** reconhecimento contemporaneamente pela Administração e omissão ou atraso de providência a cargo desta (§ 1º do Art. 57)¹.

Outrossim, importante destacar que uma vez recebido, o veículo será submetido a transformação, posto que deve atender aos exatos termos do edital. Ressalta-se que o procedimento de transformação é complexo e meticuloso, demandando tempo.

Como se pode verificar, a prorrogação de prazo possui previsão legal e doutrinária, todas no sentido de ser possível a extensão do prazo para entrega do bem.

Desse modo, havendo fator/evento alheio a vontade das partes que prejudica o cumprimento do contrato firmado com a administração, temos que aplicável prorrogação de prazo exatos termos do contrato, bem como na Lei 8.666/93. O contexto legal e fático permite que a Municipalidade considere válido o pedido de prorrogação de prazo, elidindo, assim, a suposta violação do contrato.

Tendo em vista a comprovação de que o “atraso” deu-se por fato de terceiro e evento imprevisível de força maior, tem-se por justificado o pedido, o que por sua vez elide a suposta violação contratual.

3. DO DEFERIMENTO DE PRAZO PARA ENTREGA – REVISÃO DO PREÇO DO CONTRATO

Com o deferimento do prazo, necessário a confecção do termo aditivo para estender a validade do contrato, a fim de adequar o contrato a nova realidade.

Outrossim, existindo elementos aptos a ensejarem a prorrogação do prazo de entrega, necessária a concessão de novo prazo para entrega do veículo, requerendo desde já seja deferida prorrogação até dia 10/12/2020.

Com a confecção do termo aditivo e concessão de novo prazo para entrega do veículo, a contratada entende ser necessária a revisão do preço inicialmente fixado, senão vejamos:

Devido a pandemia COVID19, as montadoras sofreram com o lockdown, falta de mão de obra, encarecimento dos insumos, implicando no aumento do preço do veículo.

Além de não efetuar a entrega do veículo nos prazos acordados inicialmente, a montadora comunicou a requerente que o preço do veículo terá aumento de até 15% sobre o preço que era praticado no início de 2020.

O aumento do preço que praticado decorre de eventos que são imprevisíveis e que estão fora do controle da requerente e da montadora. Ora, não se pode atribuir a requerente ou a montadora a ocorrência da pandemia e seus reflexos sobre o valor dos insumos, mão-de-obra e no preço final do bem.

¹ Curso de Direito Administrativo, pag. 610

O encarecimento do produto (veículo) decorre da alta do dólar, posto que diversos insumos são cotados na citada moeda, quebra da cadeia de produção, necessidade de compra de insumos de fornecedores diversos, o que resulta em aumento do custo, refletindo no prelo final do veículo.

Com o aumento dos custos para produção por parte da montadora, consequentemente a empresa requerente terá que arcar com maior custo, o que implica no desequilíbrio financeiro-econômico do contrato, de modo que necessário o rebalanceamento contratual.

Certo é que a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato representa o melhor atendimento ao interesse público, caso contrário, a Administração estaria sujeita a propostas mais onerosas, sendo que por meio da possibilidade em questão, ajusta-se o contrato quando e somente se necessário for. A melhor doutrina comunga deste entendimento:

“A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar à própria Administração. Se os particulares tivessem de arcar com as conseqüências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A Administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmos quando inoressessem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou onerosos posterior.”²

Ainda segundo o professor Marçal Justen Filho, a Administração somente deve arcar com os custos provenientes de eventos não esperados que aumente os encargos do particular e não, conforme citado acima, em razão de uma proposta com custos de infortúnios que sequer vão acontecer, *in verbis*:

Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer o infortúnio, o acréscimo de encargos será arcado pela Administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a Administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. Trata-se, então de reduzir os custos de transação atinentes à contratação com a Administração Pública³

As causas imprevisíveis que venham a ocorrer e legitimam a alteração bilateral do contrato, são tratadas na Lei 8.666/93. No art. 65 e seguintes temos as disposições correspondentes:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – omissis

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração

² Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed., fl. 747/748;

³ Idem, pag. 749;

para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ex-ministro do STF, o jurista Eros Grau, de maneira concisa elencou os requisitos necessários para a readequação econômico-financeira do contrato:

Para que surja, em benefício do contratado, o direito ao reequilíbrio de qualquer contrato administrativo, é necessário que:

i) o contratado seja de longa duração ou, pelo menos, a obrigação seja diferida (*tractum successivum et dependentiam de futuro*, no velho aforismo);

ii) após a vinculação do particular, tenha ocorrido um fato que não poderia ter sido previsto inicialmente, por mais diligente que fosse a parte;

iii) esse fato não tenha decorrido do comportamento do particular, ou seja, sua superveniência não se tenha verificado por culpa sua;

iv) esse mesmo fato tenha gerado um desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato, de forma que ocorra a diminuição do retorno a ser granjeado pelo particular.

Em suma: o fato superveniente deve ser (i) imprevisível; (ii) não decorrente de culpa do particular contratante e (iii) desestabilizador da equação econômico-financeira da avença que, por sua vez, deve (iv) ser de longa duração ou, pelo menos, prever obrigações a serem cumpridas em momento posterior.”

Tratando do caso em tela, temos que os requisitos restam cumpridos senão vejamos:

- a) O contrato firmado prevê obrigação diferida, ou seja, prevê a entrega de bem certo nas especificações editalícia;
- b) Após a vinculação contratual, se abateu sobre o mundo a crise do COVID19, o qual implicou na escassez de insumos, aumento dólar com reflexos sobre o valor dos insumos utilizados na indústria de veículos e o consequente aumento no preço final do produto;
- c) A escassez dos insumos, a quebra da cadeia de produção e ainda as altas do dólar que implicam diretamente no aumento do preço final do veículo não decorreram do comportamento da empresa Requerente, haja vista não poder influenciar na macroeconomia, tampouco no surgimento e controle de uma pandemia de nível global;
- d) Os fatos narrados nos itens precedentes, sem sombra de dúvida, acarretam um desequilíbrio financeiro do contrato em favor da empresa Requerente, uma vez que à época do pregão o valor unitário do veículo era muito próximo do valor de venda ao município e tal valor é atualmente impraticável. Caso a contraprestação do ente estatal corresponda tão somente a este valor, a Requerente sofreria sensível perda monetária, sem, no entanto, ter culpa ou influência nas variáveis que ocasionaram o desequilíbrio, a ponto de sair da operação devedora após o pagamento dos tributos da venda;

O mercado de veículos e toda a economia sofrem com a escancarada crise decorrente da pandemia, implicando em aumento de custos sem que isto decorra da atitude da montadora ou da requerente.

Como já discorrido, o valor vencedor do pregão presencial hodiernamente não cobre os custos operacionais da entrega do bem, sendo necessário o deferimento do presente pedido para readequar os custos.

A crise internacional e principalmente a nova configuração econômica enfrentada, impossibilitam a entrega do veículo nas condições iniciais previstas em contrato.

Durante a condução do certame e mesmo após a assinatura do contrato, a conduta da Requerente sempre foi pautada pela lisura e pelo respeito à Administração, de modo que a contrapartida da Secretaria deve ser pautada na proporcionalidade, uma vez que não seria justo ou mesmo proporcional requerer que o veículo seja entregue sem a contraprestação condizente com o objeto do contrato. Nesse sentido, Celso Antônio Bandeira de Melo:

“Este princípio enuncia a ideia singela, aliás, conquanto, frequentemente desconsiderada de que as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade do interesse público a que estão atreladas. Segue-se que os atos cujos conteúdos ultrapassem o necessário para alcançar o objetivo que justifica o uso da competência ficam maculados de ilegitimidade, porquanto desbordam do âmbito da competência; ou seja, superam os limites que naquele caso lhe corresponderiam”.

Durante todo o desenrolar do contrato junto a esta Municipalidade a Requerente sempre mostrou-se diligente e buscou manter a boa-fé e cumprir o contrato como inicialmente acordado.

Por motivos totalmente alheios ao desejo da Requerente, no mercado hodierno o veículo objeto do presente contrato administrativo sofreu um reajuste sensível de até 15% sobre o valor que era vendido antes da pandemia, conforme denota-se da tabela fornecida pela fabricante do veículo.

Para a entrega dos veículos nas condições mercadológicas e econômicas atuais, o valor que representaria uma contraprestação justa e adequada é de R\$ 177.088,50 (cento e setenta e sete mil e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), valor que representa o inicial com acréscimo de 15%.

A situação posta em análise de Vossa Senhoria configura claramente um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em desfavor da Requerente, havendo assim direito subjetivo da Requerente em poder ser restabelecido o equilíbrio financeiro, sob pena de enriquecimento sem causa do ente estatal, o que é vedado pela legislação.

Desta maneira, requer seja acolhido o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para deferir a aditativa contratual em 15% sobre o valor inicialmente

contratado, passando a contraprestação da Municipalidade a ser de R\$ 177.088,50 (cento e setenta e sete mil e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), constando tudo do termo contratual aditivo a ser confeccionado e assinado pelas partes.

4. RESCISÃO AMIGÁVEL - EVENTUAL APLICAÇÃO DE SANÇÃO PENA DE ADVERTÊNCIA

Caso vossa senhoria entenda por não acatar os pedidos acima transcritos, a Requerente sofrerá enormes prejuízos financeiros, o que pode possivelmente causar danos irreparáveis e inviabilizar totalmente sua operação.

Desta maneira, tendo em vista a boa relação havida entre as partes e a impossibilidade de entrega do veículo sem amargos prejuízos financeiros em desfavor da requerente, requer com fulcro no Art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, seja deferida a rescisão amigável do contrato administrativo, com a lavratura do competente termo e demais cominações legais.

Caso Vossa Senhoria entenda pela rescisão e aplicação de alguma penalidade, tem-se que o caso em tela não é digno de aplicação de multa ou outra sanção que não seja advertência, explica-se:

Todos os fatos narrados apontam que não houve dolo, não sendo justa a aplicação de penalidade sem o cometimento de infração contratual. A eventual aplicação de penalidade deve observar o grau de culpa, o dano e o reflexo sobre a administração, a fim de adequar-se a pena ao caso concreto, posto que o processo licitatório e os dele decorrentes, necessariamente submetem-se aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

O art. 5º, do Decreto 5450/2005, que regulamenta a Lei 10.520/2002, dispõe que a licitação na modalidade de pregão ou tomada de preço deve pautar-se na razoabilidade, dentre outros diversos princípios:

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

A razoabilidade deve ser observada na aplicação das normas legais e ainda do edital regulador do certame, não sendo razoável, impor penalidade quando não houve efetivo prejuízo em desfavor da administração, ou ainda mais quando o agente contratado não foi quem deu causa a situação de inadimplemento.

A respeito da razoabilidade assim leciona Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e portanto, jurisdicionalmente invalidáveis –, as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência,

sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricão manejada⁴.

A razoabilidade deve ser observada na aplicação das normas legais e ainda do edital regulador do certame, não sendo razoável, impor penalidade quando não houve culpa, dolo ou qualquer conduta no sentido de lesar a Municipalidade.

A análise da situação fática clama pela aplicação do princípio da razoabilidade, pois é não se pode ter por razoável a conduta de aplicar penalidade. Eventual penalidade, deve também ser proporcional à conduta atribuída a contratada. Com relação ao princípio da proporcionalidade, a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

Este princípio enuncia a ideia singela, aliás, conquanto, frequentemente desconsiderada de que as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade do interesse público a que estão atreladas.

Segue-se que os atos cujos conteúdos ultrapassem o necessário para alcançar o objetivo que justifica o uso da competência ficam maculados de ilegitimidade, porquanto desbordam do âmbito da competência; ou seja, superam os limites que naquele caso lhe corresponderiam”.

A contratada agiu de boa-fé. Caso Vossa senhoria entenda que houve violação de qualquer cláusula contratual, a eventual penalidade não deve ultrapassar uma advertência, posto que a suposta falta imputada à contratada não é grave, tampouco houve prejuízo ao erário.

A pena de advertência é prevista no art. 87, I, da Lei 8.666/93 e ainda na Cláusula Sétima do Contrato, *in verbis*:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

Desta maneira, mesmo sem culpa ou conduta prejudicial por parte da contratada, caso Vossa Senhoria entenda pela aplicação de penalidade, a pena de advertência mostra-se arrazoada e mais proporcional a fim de advertir eventual conduta faltosa atribuída a contratada.

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer o reconhecimento dos elementos necessários e ensejadores a conceder a prorrogação de prazo vindicada, deferindo prazo para entrega do bem até 10/12/2020, com a confecção do competente termo aditivo contratual. Por fim, com espeque no Art. 65, II, alínea “d”, requer seja o presente pedido acatado também para readequar o Contrato Administrativo decorrente do Pregão 19/2020 firmado com este ente estatal, deferindo o pedido da requerente a fim de proporcionar o reequilíbrio

⁴ Idem, pag. 105;

econômico-financeiro do contrato passe a constar o valor do bem adjudicado como sendo de R\$ 177.088,50 (cento e setenta e sete mil e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), permanecendo as demais cláusulas inalteradas.

Por fim, caso não sejam acatados os pedidos precedentes, requer sucessivamente, com fulcro no Art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, seja deferida a rescisão amigável do contrato administrativo, com a lavratura do competente termo e demais cominações legais. Em eventual aplicação de penalidade, requer seja observado o princípio da proporcionalidade, razoabilidade e ainda o grau de culpa da contratada, aplicando-se tão somente pena de advertência.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Londrina, 11 de novembro de 2020.


ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA



São José dos Pinhais, 27 de agosto de 2020.

À

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ - 33.441.004/0001-64

Rua Euclides da Cunha, nº 206, Jardim Shangrila, Londrina-PR

CEP 86.070-500

Ref: Paralisação das atividades – Greve- Atraso na entrega de veículos.

Prezados Senhores,

Como é de conhecimento geral, a Pandemia do COVID-19, além dos sérios, inegáveis e lastimáveis efeitos na saúde pública, também está sendo fonte de uma crise sem precedentes recentes. Os efeitos na indústria automotiva global estão em andamento.

Após o agravamento da situação em meados de março, entidades governamentais de vários níveis e em diversos países implementaram medidas drásticas, incluindo a limitação de liberdade de locomoção e trabalho de indivíduos, fechamento de fronteiras, restrições à capacidade das empresas realizarem seus negócios. Essas questões e o aumento do surto de corona vírus (COVID 19) causaram enorme impacto em nossas atividades, decorrentes das restrições significativas para nossos colaboradores, clientes e parceiros.

Em função destes fatos - e priorizando o cuidado com a vida e a saúde de nossos colaboradores, clientes e da população em geral - suspendemos as atividades fabris e comerciais por um período. Após o retorno das atividades, foram necessárias implantações de várias medidas e protocolos de segurança por parte da montadora, a fim de diminuir o contágio da doença nos postos de trabalho, dentre eles a limitação de trabalhadores na linha de produção, causando a diminuição de desempenho na agilidade de fabricação dos veículos.

Ademais, em meados de julho, por conta das demissões geradas em decorrência dos reajustes necessários por conta da crise causada pela pandemia, foi deflagrada, sem qualquer aviso prévio, greve de trabalhadores da empresa, a qual se perdurou até o dia 12/08/2020. Este fato não só impediu a retomada da produção de veículos, como atrasou ainda mais o processo de fabricação dos mesmos.

Todos estes fatos extraordinários, em especial a ocorrência da longa greve dos trabalhadores, inevitavelmente trouxeram atrasos na finalização dos veículos adquiridos por



vossas senhorias, impossibilitando o cumprimento dos prazos inicialmente ajustados. Estes são reflexos imprevisíveis e que fogem a gerência desta empresa, sendo que tais situações não faziam parte de quaisquer perspectivas quando da elaboração das propostas e do resultado do certame.

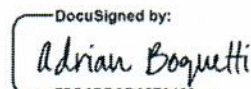
Sendo assim, a **RENAULT DO BRASIL**, em atenção ao seu compromisso de transparência e respeito aos seus clientes e parceiros, comparece, perante os Senhores, para informar, diante de todo este cenário, que haverá atraso na entrega dos veículos adquiridos. **Aproveitamos para informar que estamos trabalhando arduamente para evitarmos maiores impactos na entrega dos veículos, de modo a diminuir o prazo de espera. Também, acrescentamos que tão logo tenhamos a previsão para a entrega dos bens, iremos informa-la.**

Continuamos disposição para eventuais esclarecimentos ou para a tomada de medidas paliativas, para que assim juntos possamos passar por este momento de extrema dificuldade.

Ao tempo em que reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário, inclusive para tratar diretamente do assunto, preferencialmente mediante videoconferência.

Cordialmente,

DocuSigned by:


75B6DBCD8270420
Adrian Boquetti

RENAULT DO BRASIL S.A.

Joel

De: OLIVEIRA Igor <igor.oliveira@renault.com>
Enviado em: quinta-feira, 3 de setembro de 2020 12:19
Para: joel@webvalor.net.br
Assunto: AUMENTOS RENAULT 2020 (JOEL)

Prezado Joel bom dia,

Segue abaixo planilha com valores do produto Renault Master aplicados em 2020.

VARIAÇÃO DO PREÇO PÚBLICO SUGERIDO – RENAULT – 2020

VEÍCULOS	Fev/20	Mar/20		Abr/20		Mai/20		Jul/20		Ago/20		Set/20		% PERÍODO 2020
	PÇO PÚBLICO	PÇO PÚBLICO	% MÊS	PÇO PÚBLICO	% MÊS	PÇO PÚBLICO	% MÊS	PÇO PÚBLICO	% MÊS	PÇO PÚBLICO	% MÊS	PÇO PÚBLICO	% MÊS	
MASTER L1H1	143.690	146.150	1,71%	149.290	2,15%	153.770	3,00%	158.270	2,93%	163.220	3,13%	166.640	2,09%	15,97%
MASTER L2H2	153.590	156.220	1,71%	159.580	2,15%	164.370	3,00%	169.320	3,01%	173.820	2,65%	177.070	1,86%	15,30%
MASTER L3H2	160.790	163.540	1,71%	167.060	2,15%	172.070	3,00%	177.020	2,88%	179.520	1,41%	182.270	1,53%	13,35%

Att

Igor Terpilauskas Oliveira
Consultor de Vendas à Empresas

GROUPE RENAULT

RENAULT DO BRASIL
Rua Fidêncio Ramos, 223
Vila Olímpia - São Paulo
Cep: 04551-010
T: +55 11 2184 9409
T: +55 81 98172 8093
API : BR SPO RSP 0 01



Confidential C

-- Disclaimer -----

Ce message ainsi que les eventuelles pieces jointes constituent une correspondance privée et confidentielle a l'attention exclusive du destinataire designé ci-dessus. Si vous n'etes pas le destinataire du present message ou une personne susceptible de pouvoir le lui delivrer, il vous est signifie que toute divulgation, distribution ou copie de cette transmission est strictement interdite. Si vous avez reçu ce message par erreur, nous vous remercions d'en informer l'expediteur par telephone ou de lui retourner le present message, puis d'effacer immédiatement ce message de votre systeme.

*** This e-mail and any attachments is a confidential correspondence intended only for use of the individual or entity named above. If you are not the intended recipient or the agent responsible for delivering the message to the intended recipient, you are hereby notified that any disclosure, distribution or copying of this communication is strictly prohibited. If you have received this communication in error, please notify the sender by phone or by replying this message, and then delete this message from your system.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2020

CONTRATO N.º 054/2020

CONTRATADA: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. n.º 33.441.004/0001-64.

I - RELATÓRIO:

Foi encaminhada a esta procuradoria jurídica questionamento jurídico acerca do processo licitatório supra. Em suma, trata-se de procedimento de rescisão unilateral de contrato licitatório, o qual tem como objeto o fornecimento de materiais de expediente para atender a Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras/PR.

Constatou-se a inadimplência deliberada, não justificada tempestivamente, da fornecedora ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./M.F. n.º 33.441.004/0001-64.

Diante do exposto, passemos a análise jurídica.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

Em importante destacar que a Administração deve realizar suas condutas sempre velando pelos interesses da sociedade, mas nunca dispondo deles, uma vez que o administrador não goza de livre disposição dos bens que administra, pois o titular desses bens é o povo. Isto significa que a Administração Pública não tem competência para desfazer-se da coisa pública, bem como, não pode desvincular-se da sua atribuição de guarda e conservação do bem. A Administração também não pode transferir a terceiros a sua tarefa de zelar, proteger e vigiar o bem. Ademais a disponibilidade dos interesses públicos somente pode ser feita pelo legislador.

Hely Lopes Meirelles assevera que a Administração Pública não pode dispor desse interesse geral num renunciar a poderes que a lei lhe deu para tal



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

tutela, mesmo porque ela não é titular do interesse público, cujo titular é o Estado, que, por isso, mediante lei poderá autorizar a disponibilidade ou a renúncia¹.

Portanto, o pilar do Direito Administrativo está entre a legalidade e a supremacia do interesse público e são esses princípios que estabelecem as prerrogativas, privilégios e autorização para a Administração Pública.

Ora, a inadimplência deliberada do contrato, sem qualquer justificativa, traz sérios prejuízos a continuidade da prestação do serviço público, especialmente no que toca o objeto contratado, já que materiais de expediente são de uso constante e necessário.

Neste sentido, a Cláusula quinta do contrato prevê entre as sanções, vejamos:

Cláusula Quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;

3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;

5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Editora Malheiros. 32ª edição. São Paulo, 2006. p. 103.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

Pois bem. Observa-se que a conduta praticada pela contratada é temerária e traz graves prejuízos a manutenção do serviço público.

A inércia e a desídia demonstrada pela contratada, demonstram que é uma fornecedora que não presta seus serviços adequadamente.

Por outra banda, constata-se que a empresa contratada encaminhou através de e-mail "pedido de prorrogação de prazo e reequilíbrio financeiro-econômico do contrato administrativo c/c pedido de rescisão amigável, mas somente no dia 18/11/2020, conforme comprovante anexo ao caderno licitatório.

Entretanto, observa-se que fora concedido duas oportunidades para que a empresa se manifesta-se, ambas com A.R. devidamente entregue.

Quanto a última notificação, esta previa o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de justificativa, a qual fora efetivamente entregue no dia 10/11/2020, ou seja, esgotando-se o prazo no dia 17/11/2020, portanto, observa-se que a justificativa foi apresentada intempestivamente, prejudicando a análise meritória.

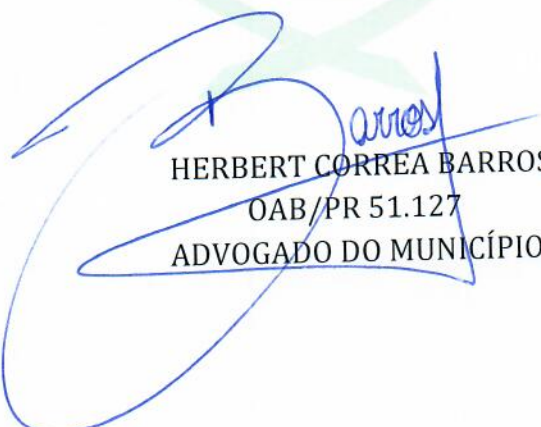
De tal forma, sopesando-se as circunstâncias, observa-se que a penalidade atribuída pela comissão encontra-se de acordo com a gravidade da conduta da contratada.

III - CONCLUSÃO:

Dessa forma, esta procuradoria se manifesta favorável pela aplicação da penalidade imposta.

É o parecer.

São José das Palmeiras, 19 de novembro de 2020.


HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR 51.127
ADVOGADO DO MUNICÍPIO



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

DECISÃO

1. Pelas conclusões a que chegou a Comissão de Processo Administrativo ref. ao Pregão Eletrônico Nº 019/2020, instaurado por meio da Portaria nº 153/2020, de 03 de novembro de 2020, visando apurar os motivos de não cumprimento da entrega de produto, remetidos à empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.441.004/0001-64, verifica-se que:
2. Da análise dos fatos autos, é possível concluir que a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA** foi notificada por meio de ofício e avisada acerca da deficiência na entrega dos produtos.
3. Após a abertura de processo administrativo, a empresa foi notificada novamente, solicitando que o representante da mesma se manifestasse sobre o não cumprimento das obrigações. Apesar de toda a comunicação estabelecida, com a confirmação de recebimento da notificação por parte da empresa, não houve pronunciamento para justificar o descumprimento contratual;
4. Posteriormente, o departamento de licitação fora surpreendido com o protocolo de justificativa intempestiva, cuja análise meritória fica conseqüentemente prejudicada.
5. Constata-se ainda, que a empresa deixou de entregar o (s) produto (s) previsto (s), infringindo cláusulas editalícias, e abdicou do direito da ampla defesa e do contraditório, manifestando-se intempestivamente.
6. Ante o exposto, DECIDO:

Aplicar as seguintes sanções administrativas: Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato

São José das Palmeiras/PR, 19 de novembro de 2020.


GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Antonholi & Garcia Máquinas e Equipamentos Ltda

Rua Euclides da Cunha, Nº 206, Jardim Shangrila

Londrina – PR

CEP 86.070-500

UF PAIS / PAYS

Por enc. jurídico + Decisão

NATUREZA DO ENVOI / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

CV-19

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

25/11/20

CDD LONDRINA OESTE
BUREAU DE DESTINATION

25 NOV 2020

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Lucas Takahashi

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENTInês de Carvalho Silva Pereira
Mat. 8.563 675-4

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75340203-0

FC0483 / 16

114 x 188 mm



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº
054/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E A empresa
ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E
EQUIPAMENTOS LTDA**

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 019/2020, de um lado, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito pelo Sr. Prefeito Municipal, o Sr. GILBERTO FERNANDES SALVADOR, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF nº 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG nº 3.989.847-0 SESP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 33.441.004/0001-64, estabelecida na Rua Euclides da Cunha, 206 – Jardim Shangri-La A – Londrina-PR, neste ato representado por sua sócia-administradora a Sra. Andreia Maria Antonholi Garcia, brasileira, casada, empresária, portadora da RG nº 7.170.705- SSP/PR e CPF nº 035.376.829-48, residente e domiciliado na Rua João Wyclif, 405 – Apto 803 – Londrina-Pr, doravante denominado CONTRATADO, têm justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual Unilateral**, resolvem rescindir o referido Contrato 054/2020 ref. Aquisição de Materiais/Serviços, com fundamento no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van/Micro Ônibus zero quilometro, destinado a Secretaria de Saúde do município de São José das Palmeiras-PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO - Fica rescindido de pleno direito, UNILATERALMENTE, com efeitos a partir de 04/12/2020, o Contrato nº 054/2020. O motivo da rescisão contratual deve-se ao fato da contratada descumprir com as suas obrigações contratuais, em especial, a Cláusula Quarta do contrato original, firmado em de 17 de agosto de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES – Em virtude da violação contratual, e, considerando processo administrativo de rescisão contratual unilateral, no qual foi garantido o contraditório e a ampla defesa, decidiu-se pela pena de suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, bem como a aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO - Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Santa Helena/PR.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

São José das Palmeiras, em 04 de Dezembro de 2020.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2020-SJP

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 979 - centro, inscrito no CGC/MF nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Gilberto Fernandes Salvador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.989.847-0 SESP/PR e do CPF/MF Nº 608.781.509-00.

CONTRATADA: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van/Micro Onibus zero quilometro, destinado a Secretaria de Saúde do município de São José das Palmeiras-PR.

TERMO DE RESCISÃO: Rescisão Unilateral do contrato nº 054/2020, firmado entre as partes em 17/08/2020.

DATA DE ASSINATURA: 07 de dezembro de 2020.

FORO: Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná.

São José das Palmeiras, 07 de Dezembro de 2020.

Parágrafo Terceiro- B: Na hipótese da tabela de preços da Agência Nacional de Petróleo – ANP encontrar-se desatualizada em decorrência do encerramento do contrato administrativo do governo federal com a empresa contratada, será utilizado provisoriamente em seu lugar a média de preços de três orçamentos de fornecedores situados na região, até que a tabela da Agência Nacional de Petróleo – ANP esteja novamente em pleno funcionamento.

São José das Palmeiras/PR, 07 de Dezembro de 2020.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marisa Mendes de Araujo
Código Identificador:F09ED942

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 057/2018-SJP

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2018-SJP

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 979 - centro, inscrito no CGC/MF nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Gilberto Fernandes Salvador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.989.847-0 SESP/PR e do CPF/MF Nº 608.781.509-00.

CONTRATADA: Miguel Rodrigues de Souza & Cia Ltda - ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de pavimentação com pedra irregular, no montante de 36.000 m², em diversos trechos no interior do município de São José das Palmeiras, ref. Convenio 4500046685 – Itaipu.

TERMO DE RESCISÃO: Rescisão Amigável do contrato nº 057/2018, firmado entre as partes em 20/08/2018.

DATA DE ASSINATURA: 07 de dezembro de 2020.

FORO: Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná.

São José das Palmeiras, 07 de Dezembro de 2020

Publicado por:
Marisa Mendes de Araujo
Código Identificador:2FF8A546

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 054/2020-SJP

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2020-SJP

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 979 - centro, inscrito no CGC/MF nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Gilberto Fernandes Salvador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.989.847-0 SESP/PR e do CPF/MF Nº 608.781.509-00.

CONTRATADA: ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo do tipo Van/Micro Ônibus zero quilometro, destinado a Secretaria de Saúde do município de São José das Palmeiras-PR.

TERMO DE RESCISÃO: Rescisão Unilateral do contrato nº 054/2020, firmado entre as partes em 17/08/2020.

DATA DE ASSINATURA: 07 de dezembro de 2020.

FORO: Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná.

São José das Palmeiras, 07 de Dezembro de 2020

Publicado por:
Marisa Mendes de Araujo
Código Identificador:C7A2BA1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
DECRETO Nº. 181 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

Homologa o Processo de Licitação Pregão Presencial 091/2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas legais e constitucionais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Processo de Licitação 176/2020, modalidade Pregão Presencial Nº 091/2020, para os itens abaixo de acordo com Ata de Abertura e Julgamento do referido processo, exarada pela Pregoeira Municipal Srª. Renata de L. B. Gregory, designada pela Portaria Municipal nº. 001/2020.

Parágrafo único – Os itens do objeto licitado ficam homologados conforme a seguir indicado:

Para a empresa **CLEUSA APARECIDA DECHECHI CHAMBÓ - ME** – os itens 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 – totalizando **R\$ 3.219,00 (três mil duzentos e dezenove reais);**

Para a empresa **DIGITO COMERCIAL EIRELI** – os itens 07 e 17 – totalizando **R\$ 1.170,50 (um mil cento e setenta reais e cinquenta centavos);**

Para a empresa **MARADAL EIRELI - ME** – os itens 08 e 09 – totalizando **R\$ 1.658,00 (um mil seiscentos e cinquenta e oito reais);**

Para a empresa **RODOPLAST INDÚSTRIA DE CLIMATIZADORES LTDA** – o item 01 – totalizando **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);**

Para a empresa **ROSA LAURA LICITAÇÕES LTDA - ME** – os itens 02, 03, 04, 05 e 06 – totalizando **R\$ 5.784,00 (cinco mil setecentos e oitenta e quatro reais).**

Art. 2º - Fica o Departamento competente do Poder Executivo Municipal, autorizado a expedir a documentação necessária para a plena consolidação do ato administrativo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, em 07 de dezembro de 2020.

FRANCISCO DANTAS DE SOUZA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata de Lima Barbosa
Código Identificador:D8D6B964

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 257, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020

PORTARIA Nº 257, de 07 de dezembro de 2020.



Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

Fwd: Despacho- Multa

1 mensagem

Contabilidade sao jose das palmeiras <contabilidadesj123@gmail.com>

29 de janeiro de 2021 13:58

Para: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>, Prefeitura Municipal <prefeiturasaojoseadm@gmail.com>

----- Forwarded message -----

De: **Comercial** <comercial@webvalor.net.br>

Date: sex., 29 de jan. de 2021 às 17:26

Subject: ENC: Despacho- Multa

To: <pmsjpalmeiras@gmail.com>, <contabilidadesj123@gmail.com>

Bom dia

Recebemos o e-mail com o despacho em anexo.

Porem gostaria de saber se o recurso anteriormente enviado foi analisado?

Não obtivemos nenhum retorno da prefeitura.

Att,

JAQUELINE PASCHOI

SUPERVISORA COMERCIAL

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

(43) 3338-7221

De: ADM <adm@webvalor.net.br>

Enviada em: sexta-feira, 29 de janeiro de 2021 11:18

Para: comercial1@webvalor.net.br; comercial@webvalor.net.br

Assunto: ENC: Despacho- Multa

De: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras [mailto:pmsjpalmeiras@gmail.com]

Enviada em: sexta-feira, 29 de janeiro de 2021 11:02

Para: adm@webvalor.net.br; financeiro@webvalor.net.br

Assunto: Despacho- Multa

Segue em anexo documentos emitidos pela prefeitura de São José das Palmeiras/PR, ref. multa.

Serão também encaminhados pelo correio os originais.

Att

Sandra

 Livre de vírus. www.avast.com.

----- Mensagem encaminhada -----

From: Comercial <comercial@webvalor.net.br>

To: "Contabilidade sao jose das palmeiras" <contabilidadesj123@gmail.com>

Cc: "Administrativo" <Administrativo@webvalor.net.br>

Bcc:

Date: Wed, 30 Dec 2020 08:53:42 -0300

Subject: RES: Notificação por atraso de entrega de veículo Van/micro ônibus do pedido do contrato nº054/2020, pregão 19/2020.

Bom dia

Segue resposta de notificação.

Att,

JAQUELINE PASCHOI

SUPERVISORA COMERCIAL

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

(43) 3338-7221

De: Contabilidade sao jose das palmeiras <contabilidadesj123@gmail.com>

Enviada em: segunda-feira, 19 de outubro de 2020 14:30

Para: comercial@webvalor.net.br

Assunto: Boa tarde, segue anexo notificação por atraso de entrega de veículo Van/micro ônibus do pedido do contrato nº054/2020, pregão 19/2020.

Att: Marisa Araujo

tel:(45)3259-1150

4 anexos



Despacho Prefeito (Antonholi).pdf

134K



Multa.pdf

235K



Recurso São José das Palmeiras.pdf

8105K



RES: Notificação por atraso de entrega de veículo Van/micro ônibus do pedido do contrato nº054/2020, pregão 19/2020..eml

11097K



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

DESPACHO

A
SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE RECEITA

Remeto ao Departamento de Receita para que efetue a cobrança de multa no valor de R\$ 15.399,90 (quinze mil trezentos e noventa e nove reais e noventa centavos) referente rescisão do contrato de aquisição de veículo nº 054/2020 firmado com a empresa **ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.441.004/0001-64 estabelecida na Rua Euclides da Cunha, 206 – Jardim Shangri-La A – Londrina-PR.

São José das Palmeiras/PR, 26 de Janeiro de 2021


NELTON BRUM
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - 2021****77.819.605/0001-33****Documento de Arrecadação Municipal****Guia: 145154**

Inscrição / Contribuinte

2151 - ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ

33441004000164

Endereço Correspondência

RUA EUCLIDES DA CUNHA, 206 - FUNDOS - JARDIM SHANGRILA-LA A

CEP: 86070500 Londrina - PR

Demonstrativo

Contribuinte	Exercício	Parcela	Descrição	Vencimento	Principal	Juros	Multa	Correção	Desconto	Total
EF: 2151	2021	1	MULTAS ADM, CONTRATUAIS E JUDICIARIAS	31/03/2021	15399,90	0,00	0,00	0,00	0,00	15399,90
Total:					15399,90	0,00	0,00	0,00	0,00	15399,90

Observações

GUIA REFERENTE A RESCISÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO Nº 054/2020 FIRMADO COM A MESMA ACIMA CITADO

**Município de São José das Palmeiras -
77.819.605/0001-33**

Parcela	Vencimento
1 / 1	31/03/2021
Código FEBRABAN	
4122	
Espécie/Quantidade Moeda	
R\$	
(=) Valor Documento	15.399,90
(-) Desconto até o vencimento	0,00
(-) Outras Deduções	
(+) Mora/Multa	
(+) Outros Acréscimos	
(=) Valor Cobrado	
Nosso Número/Código Documento	
Identificação	
GR: 145154 Empresa de fora: 2151	
Sacado	
ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E	
Cedente	
Município de São José das Palmeiras -	
77.819.605/0001-33	
Recibo Sacado	

Município de São José das Palmeiras - 77.819.605/0001-33

Local Pagamento	Parcela	Vencimento
PAGAMENTO SOMENTE NAS AGENCIAS DO SICREDI	1 / 1	31/03/2021
Cedente	Código FEBRABAN	
Município de São José das Palmeiras - 77.819.605/0001-33	4122	
Data Emissão	Cadastro/Documento	Espécie
29/01/2021		Acelte
Carteira	Espécie Moeda	Quantidade Moeda
	R\$	Valor Moeda
Instruções		
PAGAMENTO SOMENTE NAS AGÊNCIAS DO SICREDI E AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL		
GUIA REFERENTE A RESCISÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULO Nº 054/2020 FIRMADO COM A MESMA ACIMA CITADO		
ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Empresa de fora: 2151	
RUA EUCLIDES DA CUNHA, 206 - FUNDOS - JARDIM SHANGRILA-LA A		
CEP: 86070500 Londrina - PR		

81700000153-4 99904122202-0 10331078038-4 20000145154-7

Equiplano

STM 500.2064j





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.441.004/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/04/2019
NOME EMPRESARIAL ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados 45.41-2-03 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas 46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R EUCLIDES DA CUNHA	NÚMERO 206	COMPLEMENTO FUNDOSFUNDOS
CEP 86.070-500	BAIRRO/DISTRITO JARDIM SHANGRI-LA A	MUNICÍPIO LONDRINA
UF PR		ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@WEBVALOR.NET.BR
TELEFONE (43) 3338-7221		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/04/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/01/2021 às 14:12:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

AVISO DE
RECEBIMENTO

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

ANTONIOZI J GARCIA MAR E EQUIP LTA

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA EUCLIDES DA CUNHA - Nº 206

JD - SHANGRILA

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITE

UF

PAIS / PAYS

86.070-500 LONDRINA

PR

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

CV-19

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

08/02/21

CARIMBO DE ENTREGA
LUGAR DE DESTINO

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Lucas Takahashi

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTInês de Carvalho Silva Pereira
Mat.: 8.563.675-4

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0483 / 16

Despacho + multa

114 x 186 mm

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 424745 - AC SAO JOSE DAS PALMEIRAS
SAO JOSE DAS PALMEIRAS - PR
CNPJ: 34025516/000033 Ins Est: 1012037251
COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente: MUNICIPIO DE SAO JOSE DAS PA
CNPJ/CPF: 176106000033
Doc. Post: 40130367
Contrato: 901230393 Cod. Adm: 1530352
Cartao: 61454173

Movimento: 20/11/2020 Hora: 15:50:18
Caixa: 95035106 Matrícula: 85595535
Lancamento: 014 Atendimento: 00006
Modalidade: A Faturar ID Tiquete: 1919222169

DESCRICAO	QTD	PRECO(R\$)
SEDEX CONTRATO AG 1	1	27,16
Valor do Porte(R\$):	21,41	
Cep Destino: 85070-500 (PR)		
Peso real (KG):	0,029	
Peso Tarifado:	0,029	
OBJETO: OBRIGADO 1BR		
AVISO DE RECEBIMENTO:	6,35	

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 27,16

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado

A FATURAR

Reconheço a prestação dos(esse) serviço(s) acima prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante apresentação de fatura. Os valores constantes deste comprovante poderão sofrer variações de acordo com as cláusulas contratuais.

Nome: RG
Ass. Responsável:

Postagem ocorrida após o horário limite de postagem (DH), será acrescido 1 (um) dia útil ao prazo padrão de entrega

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES LEI 6531/73

O acompanhamento desses objetos poderá ser realizado pelos remetentes e destinatários por meio do portal dos

Correios <https://www.correios.com.br>
ou pelo aplicativo de rastreamento

Ganhe tempo!

Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete deste comprovante, para eventual contato com os Correios.

VIA-CLIENTE

SARA 8.2.03

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO 019/2020

CONTRATO 050/2020

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.441.0001-64, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 206, fundos, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP 86.070-500, vem, mui respeitosamente, ante Vossa Senhoria, com fulcro no Art. 109, I, da Lei 8.666/93, apresentar **RECURSO**, pelos motivos e razões a seguir expostas.

1. DOS FATOS

A recorrente após vencer o certame em epígrafe, assinou contrato administrativo para fornecimento de 1(um) veículo tipo van para passageiro.

Por razões esposadas em petição apresentada a recorrida, a recorrente requereu extensão do prazo para entregar o veículo e ainda solicitou a aditivação contratual, tendo em vista o aumento exacerbado aplicado pela montadora.

A Municipalidade entendeu por indeferir o pedido da recorrente e aplicou penalidade, **sem sequer possibilitar a recorrente Defesa Prévia prevista no art. 87, § 2º, da Lei 8.666/93.**

Mostra-se irrazoável a penalidade aplicada, posto que violado o processo legal e em total desconsideração das circunstâncias totalmente extraordinárias enfrentadas no ano de 2020 por toda a população do planeta.

Conforme será demonstrado neste recurso, o contrato deveria ter sido mantido em vista das circunstâncias extraordinárias relatadas ou ainda rescindido de forma amigável sem qualquer imposição de penalidades, tal qual se passa a discorrer neste petítório.

2. DO CENÁRIO ENFRENTADO PELA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA EM 2020 – CENÁRIO PANDÊMICO MUNDIAL

Antes de adentrar no mérito recursal, importante tem em perspectiva a situação enfrentada a nível mundial a partir de fevereiro de 2020, quando o mundo passou a lutar contra um vírus desconhecido e que veio a ter reflexos em todos os setores da economia mundial.

Como é de conhecimento notório e inescusável de toda a população mundial, a partir de 02/2020 o mundo viu-se em meio a maior crise pandêmica da história moderna. O Covid19 alastrou-se pelo mundo, deixando em seu caminho um rastro de destruição, mortes e desaquecimento da economia.

A fim de lutar contra este inimigo invisível, os governos lançaram *lockdowns* compulsórios, impossibilitando o funcionamento do comércio, indústria e serviços não essenciais.

A indústria automobilística não foi exceção à regra, de modo que foi extremamente afetada pela grave crise sanitária, abaixo colacionamos algumas manchetes referentes a situação da indústria no curso da pandemia¹:

Crise na indústria automotiva pode ser a pior da história

O presidente da Oica - Organização Internacional de Construtores de Automóveis, Fu Binfeng, afirmou que a crise provocada pelo coronavírus "poderá ser a pior que já impactou a indústria automobilística na história".

¹ Disponível em <https://www.revistaferment.com.br/?cod=noticia/crise-na-industria-automotiva-pode-ser-pior-da-historia/>

<http://automotivebusiness.com.br/artigo/1942/covid-19-comeca-a-impor-suas-sequelas-a-industria-automotiva>

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/economia/produ%C3%A7%C3%A3o-de-carros-cai-e-demiss%C3%B5es-no-setor-avan%C3%A7am-1.475916>



Coluna
OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO

14/08/2020

Covid-19 começa a impor suas sequelas à indústria automotiva

Demissões, investimentos cancelados, atraso tecnológico, prorrogação de prazos para atender normas de emissões e segurança: são legados da crise

ECONOMIA

Produção de carros cai e demissões no setor avançam

Indústria automobilística está entre as mais afetadas pela pandemia de Covid-19

04/09/2020 | 21:05
AE



Não bastasse os estragos já sofridos na primeira onda, a contínua alta do dólar, a falta de insumos, demissões em massa, arrochos governamentais, a indústria está sofrendo os efeitos da segunda onda de COVID19²:



AUTODATA

Segunda onda de covid-19 no Brasil deixa indústria automotiva apreensiva

² <https://oglobo.globo.com/economia/falta-de-insumos-aumento-de-casos-de-covid-19-elevam-risco-de-paralisacao-das-montadoras-24785158>
<http://automotivebusiness.com.br/artigo/1942/covid-19-comeca-a-impor-suas-sequelas-a-industria-automotiva>



Anfavea, associação que representa as montadoras, alerta sobre paralisação da produção em dezembro por falta de peças Foto: Reuters

João Sorima Neto

07/12/2020 - 11:54 / Atualizado em 07/12/2020 - 22:29

Ora, como se pode verificar, no caso específico do ramo de atuação da empresa recorrente, nunca se havia enfrentado um cenário tão desolador e incerto.

Com o sofrimento das indústrias na produção e disponibilização dos veículos, toda a cadeia produtiva comercial enfrenta as consequências, **DENTRE ELES a recorrente.**

Ora, a recorrente atua no final da cadeia produtiva, participando de pregoes e fornecendo veículos ao poder público. Logicamente, se a indústria está em crise, não consegue produzir, teve seu ritmo fabril diminuído, a recorrente sofre as consequências, pois não tem seus veículos faturados, implicando assim no atraso da entrega para o ente público.

Vale destacar que a maior prejudicada em toda a situação É A RECORRENTE, pois dispendeu dinheiro para manutenção do seu escritório, pagou comissão ao seu representante pela participação no pregão e NÃO TERÁ NENHUM RETORNO, pelo contrário, está em vias de se inabilitada de licitar, a beira de um colapso negocial.

Com toda a certeza, ninguém mais que a recorrente gostaria de ver o contrato cumprido, pois é a maior interessada em obter os recursos do pregão para se manter na atividade que emprega diversas pessoas.

Nunca é demais ressaltar que as montadoras aplicaram aumentos substanciais de até 5% ao mês devido à escancarada crise no setor.

Além de aplicar aumentos significativos, as montadoras prometiam o faturamento e não o faziam, impossibilitando o cumprimento da avença e prejudicando sobremaneira a recorrente.

Como se pode verificar, o não cumprimento do contrato no tempo escorreito decorre de situações adversas e invencíveis. Desta maneira, todo e qualquer ato praticado pelo poder público na condução do contrato de licitação deve necessariamente observar o cenário global, pois o corrente ano é totalmente atípico e as medidas rescisórias, sancionatórias e ou de outra natureza devem ser balizadas pela situação real enfrentada pelas partes e não somente em conceitos legais abstratos.

3. DA VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL – RECORRENTE SEMPRE FOI DILIGENTE NO CUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES – COMUNICAÇÃO CONSTANTE COM A MUNICIPALIDADE – PEDIDOS FUNDAMENTADOS E COMPROVADOS – REATIVAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

De início, verifica-se que o fundamento para aplicação da pena de impedimento de licitar pelo prazo de 2 (dois) anos e ainda multa de 10% sobre o valor do contrato decorre da suposta não entrega do objeto dentro do prazo inicialmente estipulado, com base no art. 7º, da Lei 10.520/2002.

As penas não merecerem permanecer como lançadas no despacho do Senhor Prefeito, posto que a decisão não respeitou o devido processo legal, sendo, portanto, nula de pleno direito. Senão vejamos:

Diante do cenário pandêmico e das imensas dificuldades enfrentadas no setor automobilístico tanto no fornecimento quanto na alta do preço, a empresa requerente apresentou pedido de prorrogação de prazo e ainda pedido de aditativa contratual, além disso sempre manteve contato constante por intermédio de ligações para o responsável da área, o que demonstra a sua vontade e interesse inafastáveis de cumprir o contrato.

Infelizmente, diante do cenário catastrófico das montadoras que prometiam faturamento e não o faziam, impedido que a recorrente pudesse cumprir o contrato como inicialmente prometido. Além dos constantes atrasos, as montadoras mesmo sem a entrega dos veículos efetuavam reajustes mensais que tornaram inexequível o contrato.

As decisões da administração devem conter a sua motivação e ainda abranger o que lhe fora solicitado, sob pena de violação de diversos princípios constitucionais e administrativos, sendo que a não observância do procedimento escorreito implica na necessária nulidade do ato “decisório” e demais atos subsequentes.

Nas palavras do festejado administrativista Celso Antônio Bandeira de Mello “a Administração Pública não poderá proceder contra alguém passando diretamente à decisão que repute cabível, pois terá, desde logo, o dever jurídico de atender ao contido nos versículos constitucionais”.

Além dos pedidos de prorrogação de prazo, a recorrente sempre manteve contato telefônico com os gestores do contrato, o que demonstra sua boa-fé para com a Municipalidade.

Como se pode verificar, a conduta da recorrente sempre foi escorreita e ela sempre foi diligente no sentido de manter a Municipalidade informada acerca das situações enfrentadas.

No caso em apreço em a Municipalidade sem o devido processo legal entendeu por APLICAR PENALIDADE DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E MULTA CONTRATUAL DE 10%, em clara violação ao ordenamento jurídico vigente.

Ora, se a Municipalidade entende que houve descumprimento contratual, deve ser instaurado procedimento para apuração de falta contratual, onde haverá NECESSARIAMENTE a intimação da contratada para apresentação de DEFESA PRÉVIA, a fim de se homenagear o contraditório e a ampla defesa, neste sentido o art. 87, da Lei 8.666/93 e art. 28, do Decreto 5450/2003:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

Art. 28. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

Em sua obra Curso de Direito Administrativo, Celso Antonio Bandeira de Mello, discorre acerca das fases do procedimento administrativo:

No procedimento administrativo, como observam os doutrinadores, são reconhecíveis diferentes fases. Conforme os ensinamentos de Pietro Veiga, cuja sistematização nos parece plenamente satisfatória, podem ser distinguidas as seguintes: a) fase de iniciativa ou propulsória; b) fase

instrutória; c) fase dispositiva; d) fase controladora ou integrativa; e e) fase de comunicação.³

Como se pode verificar, é necessário que antes de imposição de penalidade haja a instauração de procedimento para apuração da falta imputada ao licitante, com a possibilitação de defesa prévia, observando-se corretamente as fases do procedimento.

Após a apresentação da defesa prévia, com a produção de provas, tais quais: oitiva de testemunhas e juntada de documentos, poderá haver decisão de constatação da falta e a imposição de penalidade, contra a qual caberá recurso nos termos do art. 190, da Lei 8.666/93.

A não possibilitação da apresentação de defesa prévia em processo de apuração de falta contratual torna nula a decisão, pois viola a Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002 e o Decreto 5450/2003, além de violar a Constituição Federal no que toca ao desrespeito ao o contraditório e a ampla defesa, previstos no art. 5º, LV, da Carta Magna:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Ao não possibilitar a apresentação de defesa prévia a r. decisão pulou etapas do procedimento administrativo, sendo, portanto, nula de pleno direito, não podendo ter efeito sob pena de causar enormes prejuízos em desfavor da recorrente.

Desta maneira, ante a inexistência de intimação da recorrente para participação, apresentação de defesa prévia e especificação de provas no procedimento para apuração de falta contratual, requer seja reconhecida e declarada a nulidade da sanção imposta e consequentemente seja reaberta concedido prazo legal para que a recorrente apresente sua defesa prévia e junte documentos a fim de instruir o procedimento e ainda a reativação do contrato administrativo.

Outrossim, requer a não inabilitação da recorrente até a decisão final do presente recurso, com a atribuição do efeito suspensivo característico dos recursos administrativos.

3. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO – FATO SUPERVENIENTE – AUSÊNCIA DE CULPA – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTAS CONTRATUAIS – COMPROVAÇÃO DOS PEDIDOS – CONVERSÃO EM RESCISÃO AMIGÁVEL SEM APLICAÇÃO DE PENALIDADES

³ Curso de Direito Administrativo, pag. 479;

Caso Vossa Senhoria entenda por manter a rescisão contratual, a recorrente entende que a rescisão deve ser convertida em rescisão amigável sem aplicação de penalidades, explica-se:

Como já relatado no tópico precedente, a empresa peticionária enfrentou problemas junto a montadora pela ausência de veículos para faturamento, e tudo isso devido aos reflexos da COVID 19 sobre a indústria automobilísticas e todas as empresas envolvidos na cadeia comercial da área.

Importante destacar que a conduta da peticionária sempre foi pautada pela boa-fé, pois informou a Prefeitura a respeito dos percalços que enfrentou mantendo contato telefônico e ainda enviou em dezembro de 2020 pedido de prorrogação e realinhamento econômico-financeiro, demonstrando que cumpriria com a avença tão logo superasse os percalços.

Mesmo ciente da situação enfrentada pela recorrente, a Municipalidade de MODO DIRETO em inobservância ao contraditório e ampla defesa e sem a abertura do procedimento para apuração de falta contratual entendeu por aplicar PENA DE IMPEDIMENTO DE LICITARE E MULTA, em clara violação ao art. 5º, LV, da CF e art. 109, I, da Lei 8.666/93.

A aplicação de qualquer penalidade na via administrativa deve ser precedida da apuração de culpa, uma vez que somente com a sua comprovação a autoridade poderá aplicar as sanções correspondentes.

Sob este prisma, se passa analisar a situação que envolve as partes.

O motivo que acarretou a inexequibilidade do contrato já foi amplamente listado, a saber: ausência de veículos prontos para faturamento e AUMENTO SUBSTANCIAL aplicado pela montadora, e tudo isso decorrente das SEQUELAS DA COVID 19 sobre a cadeia produtiva automobilística, sendo incontroverso que a crise se abate SOBRE TODA A INDÚSTRIA é em última análise o motivo do não cumprimento do contrato como avençado inicialmente, não sendo um mero capricho da recorrente atrasar o cumprimento do contrato.

A culpa pressupõe ação omissiva, devendo restar comprovada a imperícia, a negligência, a desídia ou a imprudência, contudo, nenhuma destas condutas pode ser atribuída à requerida, mas pelo contrário a peticionária sempre foi diligente no sentido de manter a Municipalidade a par das situações que impediam a entrega do veículo dentro do prazo.

Foi demonstrado e informado a recorrida que devido a acontecimentos de força maior e fato invencível COVID 19, o prazo de entrega não pode ser cumprido, o que justificaria a prorrogação e impediria a rescisão contratual.

A conduta da peticionária sempre foi pautada pela lisura e pelo respeito ao certame e à Administração, de modo que a contrapartida da Municipalidade deve ser pautada na proporcionalidade, uma vez que não se mostra justa ou mesmo proporcional, o rompimento da avença com a aplicação de multa, pois estamos diante de uma situação que foge ao controle da peticionária, havendo que se sopesar o acontecido, neste sentido, Celso Antônio Bandeira de Melo:

“Este princípio enuncia a ideia singela, aliás, conquanto, frequentemente desconsiderada de que as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade do interesse público a que estão atreladas. Segue-se que os atos cujos conteúdos ultrapassem o necessário para alcançar o objetivo que justifica o uso da competência ficam maculados de ilegitimidade, porquanto desbordam do âmbito da competência; ou seja, superam os limites que naquele caso lhe corresponderiam”.

A empresa recorrente, mesmo em face da enorme crise mundial cercou-se de todas as cautelas possíveis, manteve a Municipalidade informada da situação que enfrentava e apesar do atraso decorrente do esfacelamento da indústria automobilística face a COVID 19, mas a Municipalidade não deu ouvidos aos seus apelos.

A Lei 8.666/93, prevê em seu art. 79, inciso II, a possibilidade de a rescisão contratual ser efetuada mediante comum acordo entre as partes, observando-se ainda a conveniência da administração.

No caso em apreço, se a Municipalidade optou por rescindir a avença pelo atraso na entrega do veículo, DEVE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO que não foi a recorrente quem deu causa ao atraso. Outrossim, deve observar a boa-fé da recorrente e a sua constante tentativa de adimplemento da avença.

Desta maneira, caso a autoridade Administrativa pela manutenção da rescisão contratual, requer seja convertida a rescisão unilateral com aplicação de penalidade em RESCISÃO AMIGÁVEL, isentando a contratada de eventual multa contratual, nos termos do art. 77, inciso II, da Lei 8.666/93, com a confecção do competente termo de rescisão para assinatura, sem a aplicação pena de impedimento de licitar e sem aplicação de pena de multa.

4. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DE PENA DE ADVERTÊNCIA

De suma importância ressaltar mais uma vez que o atraso que originou a rescisão decorre da CRISE GLOBAL ENFRENTADA e que a recorrente sempre

foi transparente e agiu de boa-fé para com a Prefeitura, pois solicitou prorrogação de prazo e sempre prestou todas as informações necessárias.

Caso Vossa Senhoria entenda que a violação apontada efetivamente ultrapassou o que se tem por razoável, denota-se que a aplicação de pena pecuniária e de suspensão do direito de licitar é desproporcional ante a conduta praticada pela defendida.

A manutenção da pena de impedimento de licitar pode ocasionar a extinção da defendida, uma vez que depende dos processos licitatórios para manter sua atividade, até porque somente atua na área de licitações e sua exclusão de tais processos acarretará o fim da atividade e o fechamento de postos de trabalho em plena crise econômica que assola o país.

Desta forma, diante da inexistência de efetivamente lesivo ao erário, requer seja conhecida o presente recurso, e no mérito lhe seja dado provimento para reformar a r. decisão que aplicou penalidade de impedimento de licitar e de multa de 10% sobre o valor do contrato, com o arquivamento do feito, ante a inexistência de culpa da recorrente sem a aplicação de multas contratuais ou legais.

Caso Vossa Senhoria entenda efetivamente houve violação de cláusulas contratuais, tem-se que a aplicação da suspensão do direito de licitar é desproporcional ante a ausência de conduta lesiva praticada pela peticionária.

De maneira subsidiária, destaca-se a ausência de qualquer prejuízo em desfavor da administração, de modo que analisando a conduta e todo o conjunto do processo, tem-se que não sendo reativado o contrato ou ainda não sendo efetuada a conversão para rescisão amigável, de maneira subsidiária, requer seja aplicada tão somente a pena de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei 8.666/93, por mostra-se mais proporcional e adequada à suposta infração apontada.

Ainda de maneira subsidiária, caso Vossa Excelência entenda por aplicar pena de multa cumulada com pena de advertência, requer seja a multa fixada em no máximo 2% sobre o valor do contrato, sob pena de se inviabilizar a atividade da recorrente e extinguir empregos no já combalido cenário da economia mundial.

DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer seja o recurso conhecido e no mérito provido para:

- a) No recebimento do recurso a não inabilitação da recorrente até a decisão final do presente recurso, com a atribuição do efeito suspensivo característico dos recursos administrativos;
- b) Ser reconhecida e declarada a nulidade da sanção de impedimento de licitar, e consequentemente seja reaberto o procedimento de apuração de falta contratual ante a inexistência de intimação da recorrente para participação, apresentação de defesa prévia e especificação no dito procedimento com a concessão de prazo legal para que a recorrente apresente sua defesa prévia e junte documentos a fim de instruir o processo e ainda a reativação do contrato administrativo com a concessão de prazo razoável para entrega do bem tendo em vista o cenário pandêmico enfrentado e as dificuldades amplamente comprovadas perante esta Municipalidade;
- c) Caso Vossa Senhoria entenda por não reativar o contrato nos termos do item anterior e mantenha a rescisão contratual, requer seja convertida a rescisão unilateral em RESCISÃO AMIGÁVEL, isentando a contratada de eventual multa contratual, nos termos do art. 77, inciso II, da Lei 8.666/93, com a confecção do competente termo de rescisão para assinatura e encerramento da avença, sem a aplicação de qualquer penalidade;
- d) Ainda de maneira subsidiária ao item “c”, requer seja aplicada tão somente a pena de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei 8.666/93, por mostra-se mais proporcional e adequada à suposta infração apontada, afastando a pena de impedimento do direito de licitar e a multa de 10% sobre o contrato;
- e) De maneira subsidiária ao pedido do item “d” caso Vossa Excelência entenda por aplicar pena de multa cumulada com pena de advertência, requer seja a multa fixada em no máximo 2% sobre o valor do contrato, sob pena de se inviabilizar a atividade da recorrente e extinguir empregos no já combalido cenário da economia mundial;

Termos em que, pede e espera deferimento.

Londrina, 14 de dezembro de 2020.

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

**ANDREIA MARIA
ANTONHOLI
GARCIA:035376
82948**

Assinado de forma
digital por ANDREIA
MARIA ANTONHOLI
GARCIA:03537682948
Dados: 2020.12.30
08:50:25 -03'00'

12/12/2020

Crise na indústria automotiva pode ser a pior da história



FERRAMENTAL

Menu

Buscar



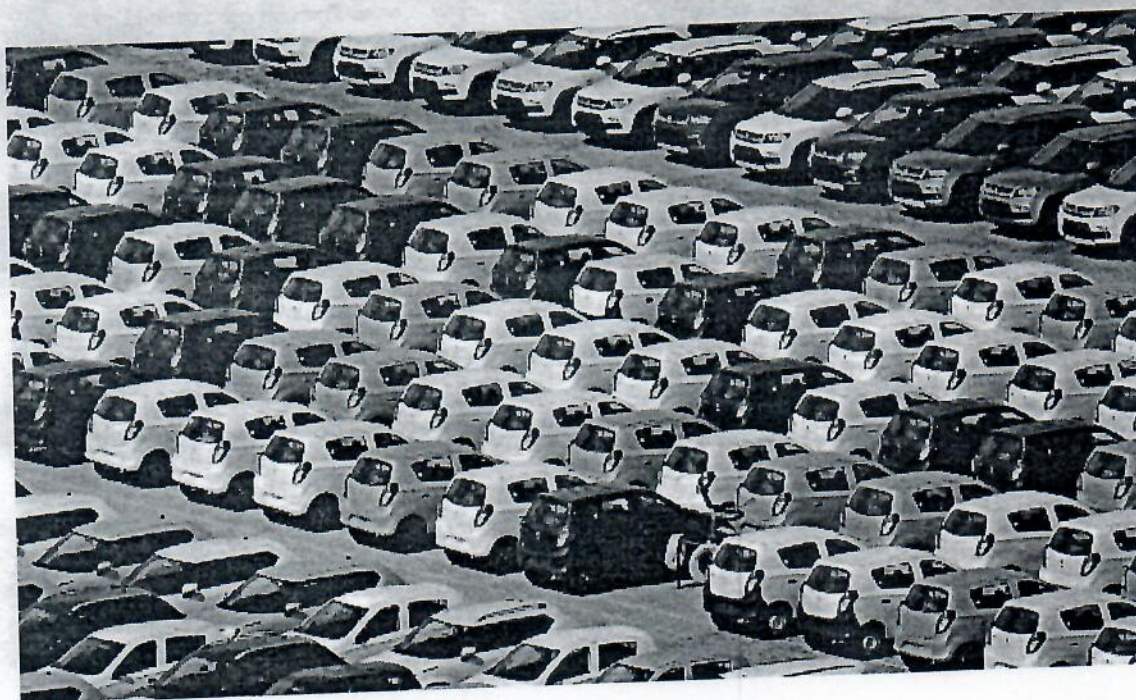
Login

47 3202 7280

NOTÍCIAS



[Página inicial](#) > [Notícias](#) > Crise na indústria automotiva pode ser a pior da história



AUTOMOTIVO

13/04/20

Crise na indústria automotiva pode ser a pior da história

O presidente da Oica - Organização Internacional de Construtores de Automóveis, Fu Binfeng, afirmou que a crise provocada pelo coronavírus "poderá ser a pior que já impactou a indústria automobilística na história".

Para o presidente da entidade, que foi fundada em 1919 e é composta por associações de fabricantes de 37 países, incluindo a brasileira Anfavea (que divulgou a carta da Oica no Brasil), o ano de 2020, devido à Covid-19, está conseguindo ser ainda mais assustador do que 2019, quando a indústria automotiva mundial viveu um dos seus anos mais ruins.

"De fato, 2019 foi um ano sombrio, pois apresentou um declínio de mais de 5% na produção mundial de veículos - uma queda para 91,8 milhões de unidades -, interrompendo um período de dez anos de crescimento do setor", lembrou Binfeng. "Mas agora o desafio é sem precedentes".

O executivo salientou que os choques iniciais da Covid-19 começaram já em janeiro, com a paralisação da maior parte do parque industrial chinês, causando a redução na produção de partes e componentes e impactando por tabela as indústrias no mundo inteiro.

O avanço posterior do vírus, praticamente em nível global, resultou no fechamento de quase todas as indústrias automobilísticas do mundo e de muitos dos seus fornecedores. Para o presidente da Oica, era inevitável que isto acontecesse.

"A preocupação dos fabricantes e fornecedores com a saúde e segurança dos seus funcionários fez com que medidas sanitárias drásticas tivessem de ser tomadas", afirmou. "As empresas respeitaram integralmente, e muitas vezes até excederam, as medidas governamentais de restrição ou confinamento, fechando, por exemplo, fábricas em locais onde não era obrigatório".

Ele também citou que em vários países as montadoras estão ajudando diretamente as pessoas afetadas pelo vírus da Covid-19, através de projetos que variam desde a produção de respiradores até a facilitação do transporte de emergência e de serviços médicos.

"Mas eu não tenho dúvidas de que a indústria automotiva mundial, como já fez inúmeras vezes no passado, irá superar esta fase e provar novamente sua importância, força e resiliência", concluiu.

Fonte Usinagem Brasil

AUTOMOTIVE
BUSINESS

Buscar no portal AB

 Newsletter
cadastro gratuito Revista Prêmio Rei Podcast Eventos Inteligência DiversidadeAB[®]

Revista Automotive Business

Confira a edição #61 digital de dezembro de 2020.

Navegue. Leia. Ouça as reportagens.



| OPINIÃO | Pedro Kutney |

Ver todas as opiniões

Coluna
OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO

14/08/2020

Covid-19 começa a impor suas sequelas à indústria automotiva

Demissões, investimentos cancelados, atraso tecnológico, prorrogação de prazos para atender normas de emissões e segurança: são legados da crise



A pandemia de coronavírus e seus efeitos nefastos sobre a sociedade ainda parecem longe do fim, mas a Covid-19 já começa a mostrar algumas das diversas sequelas que impõe (ou vai impor em breve) à indústria automotiva no Brasil. Demissões, adiamento ou cancelamento de investimentos, atraso tecnológico, prorrogação de prazos para atender normas de emissões e segurança já são alguns dos legados visíveis da crise sem precedentes. Pior: as ações tomadas até agora pelo governo parecem insuficientes e não indicam nenhuma

direção para mitigar o enorme tombo da economia. A equipe econômica parece bem mais preocupada com o deus-mercado e inevitáveis furos no teto de gastos do que em reconstruir o País.

Um mês atrás, enquanto garantia que iria usar todos os instrumentos disponíveis para evitar qualquer demissão na empresa, Pablo Di Si, presidente da Volkswagen América Latina, resumiu o sentimento do setor em relação à falta de políticas públicas para estimular a indústria, evitar cortes e criar uma agenda de desenvolvimento para tornar o País relevante no cenário global: "O governo tem a visão de não apoiar diretamente nenhum setor industrial do País. Eu respeito isso, mas essa política terá consequências. Precisamos de uma estratégia para os próximos 10 a 20 anos. Se nada for feito, o setor não sobrevive", alertou.

A associação dos fabricantes, a Anfavea, não se animou com os recentes crescimentos mensais das vendas em julho e julho, segue com sua projeção de retração de 40% nas vendas deste ano, algo em torno de apenas 1,6 milhão de veículos, volume muito abaixo do necessário para sustentar a indústria em seu tamanho atual, com capacidade para produzir cerca de 4,5 milhões de unidades/ano.

Para piorar, a entidade entende que, no cenário mais otimista, só em 2025 o mercado brasileiro volta ao mesmo nível de 2019, perto de 3 milhões – o que também já não era considerado suficiente.

DEMISSÕES COMEÇARAM E TENDEM A AUMENTAR

Sem uma visão positiva sobre o futuro, **as demissões ou os preparativos para isso já começaram e tendem a aumentar**. Algumas empresas sequer quiseram esperar o fim do período máximo de flexibilização de contratos, com uso de instrumentos como reduções de jornada e salários ou afastamento temporário (layoff).

Nissan e Renault já fecharam turnos e demitiram 398 e 747 pessoas, respectivamente – no segundo caso os cortes foram anulados em troca da abertura de um programa de demissão voluntária (PDV) que tem o mesmo objetivo de reduzir o quadro de funcionários.

De acordo com números divulgados pela Anfavea, a indústria desligou 1.484 empregados somente em julho e 6.148 foram demitidos nos últimos 12 meses. Quase todas as fabricantes de veículos estenderam os regimes de layoff e jornada reduzida, com reduções salariais. Outras usaram esses instrumentos e abriram PDVs.

O problema maior virá após novembro, quando chegam ao fim os prazos máximos de afastamento e, se nada mudar no horizonte, a tendência é de uma escalada nas demissões nas montadoras e, por consequência, em seus fornecedores.

INVESTIMENTOS E LANÇAMENTOS ADIADOS OU CANCELADOS

A Anfavea estima que o faturamento dos fabricantes associados, em torno de R\$ 200 bilhões/ano, por força da crise econômica será reduzido em 30% a 40% este anos, equivalente a perdas de R\$ 60 bilhões a R\$ 80 bilhões, que só deverão ser recuperadas lentamente ao longo dos próximos anos. Desta vez, as matrizes no exterior, também afetadas pela pandemia, não poderão socorrer suas subsidiárias. Sem recursos, investimentos e lançamentos terão de ser forçosamente adiados ou até cancelados.

É verdade que mesmo após a instalação da pandemia no País a indústria continuou a fazer lançamentos importantes de novos veículos. Mas estes e os que ainda vão acontecer até o fim deste ano e no próximo já estavam programados e, no máximo, sofreram pequenos

ajustes ou precisaram ser adiados em poucos meses à frente. O problema é o que vem depois disso, especialmente a partir de 2022. Sem dinheiro para investir agora, parece óbvio que muitos projetos vão ter de ser paralisados, congelados, postergados ou até cancelados.

Exemplo de como a crise já afetou planos futuros de investimento é o SUV Territory, importado da China e lançado este mês pela Ford no Brasil, conforme planos anunciados há mais de um ano. Existia a expectativa que o modelo pudesse ser produzido na Argentina, mas a Ford foi clara em dizer que o cenário atual engavetou qualquer projeto nesse sentido.

ATRASO TECNOLÓGICO À FRENTE

Sob o argumento de que não há recursos em caixa para desenvolver e adaptar tecnologias de redução de emissões de poluentes exigidas para atender as próximas fases da legislação brasileira estabelecida pelo **Proconve L7 (veículos leves) e P8 (pesados), que deveriam entrar em vigor a partir de 2022/23, a Anfavea admitiu que já pediu ao governo o adiamento das próximas etapas do programa em dois a três anos**. A entidade calcula que seriam necessários investimentos de R\$ 12 bilhões para começar a produzir veículos nacionais que atendessem às novas normas de emissões.

Também entrou na alça de mira dos fabricantes tentar adiar, por prazo ainda não revelado, a adoção de alguns sistemas de segurança ativa, como frenagem automática de emergência, alerta ou assistência de troca de faixa, e até mesmo o controle eletrônico de estabilidade (ESC) que já é obrigatório para todos os novos produtos e passaria a ser exigido por lei para todos os veículos vendidos no País a partir de 2022.

São dois tipos de atrasos tecnológicos (emissões e segurança) que afetam diretamente a saúde pública e seus custos, já que cada doença respiratória ou acidente evitados salva vidas e ajuda a economizar parte dos bilhões gastos anualmente pelo governo e rede médica privada com atendimentos de emergência, tratamentos e reabilitações.

Ainda que as sequelas dessa crise sejam inevitáveis, já passou da hora de tentar mitigar seus efeitos por meio de políticas públicas de incentivo à recuperação econômica. Ainda há tempo de reduzir as perdas para o setor automotivo, mas em breve pode ser tarde demais.

COMENTÁRIOS

LuísGomes

Pedro, mais uma vez o mercado automotivo nacional segue em mares bem turbulentos. Mesmo após 60 anos, continua com uma série de problemas e instabilidades. Todavia, ainda entendo que nosso modelo de indústria é totalmente equivocado. Na realidade, somos aqui apenas uma indústria de montagens totalmente dependente das matrizes no exterior e incentivos governamentais locais. Nosso produto não tem valor agregado e sequer melhorado. Basta comparar nosso segmento com os mercados da Europa ou mesmo asiático. Não somos precursores de nada. Enquanto formos meros fabricantes, sem inclusão de valores, viveremos desta forma.

MarcosEdson Nava

Caro Pedro, como você mesmo mencionou neste brilhante artigo: "Dois tipos de atrasos

automotivebusiness.com.br/artigo/1942/covid-19-comeca-a-impor-suas-sequelas-a-industria-automotiva

12/12/2020

Produção de carros cai e demissões no setor avançam

≡ CORREIO DO POVO

CP

Seja sempre o primeiro a saber
Conecte-se para aproveitar todo o nosso conteúdo
em primeira mão e estar sempre bem informado!

QUERO

in @ f o t

(http://www.correiodopovo.com.br/eleicoes/2020/09/04/producao-de-carros-cai-e-demissoes-no-setor-avancam/)

ELEIÇÕES (http://www.correiodopovo.com.br/eleicoes/2020/09/04/producao-de-carros-cai-e-demissoes-no-setor-avancam/)

COM A FIEP, SESI, SENAI E IEL,

ECONOMIA

(/NOT%C3%ADCIAS/ECONOMIA)

Produção de carros cai e demissões no setor avançam

Indústria automobilística está entre as mais afetadas pela pandemia de Covid-19

04/09/2020 | 21:05
AE



Montadoras trabalham para evitar crise ainda maior | Foto: Facebook / Reprodução / CP Memória

A produção de veículos em agosto foi 21,8% menor do que a de igual mês do ano passado, com 210,9 mil unidades. No ano, as montadoras produziram 1,1 milhão de automóveis, caminhões e ônibus, 900 mil a menos ante igual período de 2019. Com alta ociosidade, as fábricas ampliam programas de corte de pessoal, que devem se intensificar nas próximas semanas.

Luiz Carlos Moraes, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), disse ontem ser "inevitável a redução do quadro de pessoal". O setor já cortou 4,1 mil vagas na pandemia.

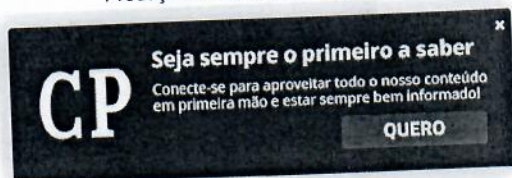
PUBLICIDADE

bcredi

Crédito com Garantia de Imóvel

Confie em quem tem muita experiência com crédito imobiliário e os menores juros do mercado
Bcredi

Abrir >



Nos oito meses deste ano, as vendas caíram 35%, para 1,16 milhão de unidades e as exportações tiveram recuo de 41,3%, para 176,7 mil unidades.



Na próxima semana, deve ser anunciado o resultado de negociações que a Volkswagen e os sindicatos de trabalhadores das quatro fábricas do grupo realizam para um corte de 35% da mão de obra ociosa, cerca de 5 mil pessoas. O presidente da empresa, Pablo Di Si, afirmou ontem que a produção caiu 44% neste ano, para 186 mil veículos. "Não esperamos uma recuperação significativa nos próximos cinco anos e temos de adequar a mão de obra à demanda, pois não é sustentável trabalhar só com 43% da nossa capacidade."

A adoção de um programa de demissão voluntária, como vem sendo feito em outras empresas, é a opção mais provável. "Não vamos demitir de um dia para outro, mas temos urgência", afirmou Di Si. O grupo emprega cerca de 15 mil pessoas.

PUBLICIDADE



CP PLAY
(/BLOGS)

12/12/2020

Falta de insumos e aumento de casos de Covid-19 elevam risco de paralisação das montadoras - Jornal O Globo

globo.com g1 ge gshow videos

PUBLICIDADE

X



Anfavea, associação que representa as montadoras, alerta sobre paralisação da produção em dezembro por falta de peças Foto: Reuters

Falta de insumos e aumento de casos de Covid-19 elevam risco de paralisação das montadoras

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

PROSSEGUIR

Newsletters ☐

PUBLICIDADE

①

PUBLICIDADE

SÃO PAULO — Falta de insumos, matérias-primas e peças pode levar a indústria automobilística a paralisar a produção em dezembro. O alerta foi feito pelo presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes, durante a apresentação dos números de novembro do setor.

Segundo ele, o aumento de casos de Covid-19 no país também é um fator de risco à fabricação e às vendas de veículos no último mês do ano.

— O risco é imediato de parada, já nesta semana. E isso afeta toda a cadeia, não só veículos, mas também máquinas, caminhões e ônibus - alertou o presidente da Anfavea.

Segundo ele, já houve 'microparadas' dos fornecedores de falta de insumos e componentes em outubro. As montadoras estão trabalhando junto aos fornecedores no sentido de mitigar o risco de uma paralisação.

Algumas montadoras estão trabalhando sábados e fazendo horas extras para compensar essas paradas.

Prevenção: Com aumento de casos de Covid-19, empresas ampliam testagem de funcionários

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

PROSSEGUIR

No final de março, a indústria automobilística já havia paralisado suas fábricas após o

PUBLICIDADE

Em abril, a produção despencou 99%, chegando ao menor nível da história da indústria no país. A retomada começou em maio, depois que medidas de prevenção à Covid-19 foram tomadas.

Mas toda a cadeia acabou sendo afetada, com falta de matérias-primas como borracha, aço, termoplásticos e pneus. Muitos desses materiais são importados, o que acabou reduzindo a oferta.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

- E a falta de peças pode trazer custo adicional. Por exemplo, mudando a forma de transporte de navio por avião - afirmou.

Impacto no PIB

No terceiro trimestre, a indústria, ao lado do comércio, puxou a retomada do PIB, que se expandiu 7,7%. A indústria cresceu 14,8%, embora o setor automobilístico ainda esteja trabalhando em níveis abaixo do período pré-pandemia. O setor tem peso de 5% no PIB total e cerca de 22% no PIB Industrial.

Uma nova paralisação, mesmo que parcial e de curto prazo, pode ter impacto negativo no PIB.

- Certamente uma nova parada no final de ano tende a afetar o desempenho da indústria pela importância que o setor automobilístico tem. Além da pressão da falta de produto, há o efeito inflacionário também, pois a estrutura de custos muito pressionada faz com que as empresas acabem por repassar parte dessa pressão.

De certa forma já temos visto isso no caso de automóveis, que tem muitos componentes com

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

PROSSEGUIR

A desvalorização do real frente ao dólar, de mais de 30% no ano, já está levando a um aumento

PUBLICIDADE

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Ele observa que a volatilidade cambial atrapalha o planejamento. Além disso, lembra que o IGP-M já subiu 24,5% este ano, e essa alta também impacta os fornecedores.

Só o aço teve reajuste de 30% — e um terço da produção das siderúrgicas do país é destinado à indústria automobilística.

Fila: Com mais gente viajando e menor produção, faltam carros para alugar

— Há itens que já subiram entre 40% e 50%. Estamos negociando para reter os custos, mas está difícil segurar os repasses de preços ao consumidor.

Essa alta de preços também dificulta a recuperação do setor. Cada montadora tenta administrar sua dor, levando em consideração o segmento e o modelo para fazer o repasse — disse Moraes.

Moraes citou casos de contaminação por Covid-19 em fornecedores de peças na Inglaterra, já nesta segunda onda de contaminação da doença, afetando a produção local e a logística de material importado.

Inflação: Aumento de preços retarda retomada da economia

— Estamos tentando encontrar o melhor caminho para esse problema, mas isso leva tempo, pode ser um mês, dois meses.

Uma possível paralisação em dezembro pode afetar não só vendas, como também as exportações. Nosso estoque está baixo (16 dias), e está difícil produzir mais — afirmou.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

PROSSEGUIR

Moraes disse que, no Brasil, as montadoras estão reforçando suas medidas preventivas contra a

PUBLICIDADE

- A sociedade está relaxando nas medidas de proteção. Nem terminamos a primeira onda e já estamos entrando na segunda de contaminação - disse.

Reportagem do GLOBO mostrou que as empresas estão aumentando a testagem entre seus funcionários, entre elas montadoras como a Volkswagen e a Toyota

Procuradas, as montadoras General Motors, Scania e Volkswagen não comentaram casos específicos de paralisação por falta de insumos.

A Ford informou que sua produção está normal. A Fiat Chrysler FCA informou que não trabalha com um cenário de desabastecimento de peças e mantém as fábricas de Betim, em Minas Gerais, e Goiana, Pernambuco, com suas linhas de montagem funcionando em dois e três turnos, respectivamente.

A Toyota confirmou que vem enfrentando dificuldades para garantir matéria prima para produção de seus veículos. Por conta da segunda onda de Covid-19 no mundo, alguns componentes importados também não estão chegando ao nosso país. Mas a empresa afirma que até o momento a situação não compromete a entrega de veículos adquiridos pelas concessionárias da marca em todo o Brasil.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Melhor mês do ano

Ainda assim, as vendas de veículos em novembro tiveram o melhor desempenho do ano, com 225 mil unidades emplacadas. Foi um crescimento de 4,6% em relação a outubro, mas ainda é uma queda de 7% em relação a novembro de 2019.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

PROSSEGUIR

As exportações também tiveram crescimento "surpreendente" de 26,2% em relação a outubro,

PUBLICIDADE

Mas as exportações, em termos de valores, estão 28,5% menores entre janeiro e novembro deste ano em relação ao mesmo período de 2019. São US\$ 6,5 bilhões este ano, frente a US\$ 9,1 bilhões exportados no mesmo período do ano passado.

— Essa exportação de novembro nos surpreendeu, com mercados como Argentina, México e Colômbia regularizando seus estoques. Mas muitas montadoras também fazem antecipação de embarques. Em dezembro, esse número deve cair — disse Moraes.

O GLOBO RECOMENDA



MPF recorre e pede afastamento de Ricardo Salles do ministério do Meio Ambiente



Após princípio de infarto, secretário de Cultura, Mário Frias, passa bem, diz equipe médica



'Ciência e dados guiaram a decisão', afirma chefe da FDA, após autorização emergencial de vacina nos EUA



Governador do Maranhão diz acreditar em plano nacional de imunização, mas busca alternativas para o estado

Conteúdo Publicitário

Taboola Feed

Fim de Ano Amazon

Amazon | Patrocinado

Opus One 2016 (Opus One)

R\$ 6.936,15 - Mistral BR | Patrocinado

MAIS LIDAS NO GLOBO

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

PROSSEGUIR

12/12/2020

Falta de insumos e aumento de casos de Covid-19 elevam risco de paralisação das montadoras - Jornal O Globo

2. mina...'

O Globo

PUBLICIDADE

3. Caiado diz que governo prepara MP para centralizar todas as vacinas autorizadas no Brasil

Gustavo Maia, Paula Ferreira e Flávio Freire

4. Agência regulatória de saúde dos EUA aprova uso emergencial da vacina da Pfizer, diz New York Times

The New York Times

5. Com internações em alta, SP proíbe venda de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes depois das 20h

Ana Leticia Leão e Dimitrius Dantas

MAIS DE ECONOMIA

VER MAIS

O GLOBO

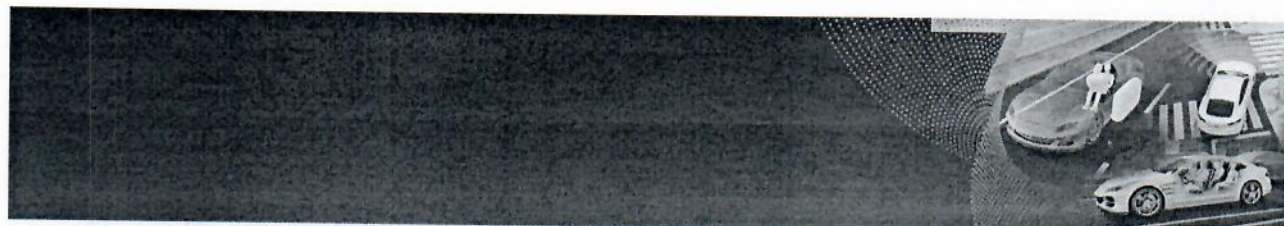
gda

Portal do Assinante • Agência O Globo • Fale conosco • Expediente • Anuncie conosco • Trabalhe conosco • Política de privacidade • Termos de uso

© 1996 - 2020. Todos direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

PROSSEGUIR



Revista Automotive Business

Confira a edição #61 digital de dezembro de 2020.

Navegue. Leia. Ouça as reportagens.



| OPINIÃO | Pedro Kutney |

Ver todas as opiniões

Coluna
OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO

14/08/2020

Covid-19 começa a impor suas sequelas à indústria automotiva

Demissões, investimentos cancelados, atraso tecnológico, prorrogação de prazos para atender normas de emissões e segurança: são legados da crise



A pandemia de coronavírus e seus efeitos nefastos sobre a sociedade ainda parecem longe do fim, mas a Covid-19 já começa a mostrar algumas das diversas sequelas que impõe (ou vai impor em breve) à indústria automotiva no Brasil. Demissões, adiamento ou cancelamento de investimentos, atraso tecnológico, prorrogação de prazos para atender normas de emissões e segurança já são alguns dos legados visíveis da crise sem precedentes. Pior: as ações tomadas até agora pelo governo parecem insuficientes e não indicam nenhuma

direção para mitigar o enorme tombo da economia. A equipe econômica parece bem mais preocupada com o deus-mercado e inevitáveis furos no teto de gastos do que em reconstruir o País.

Um mês atrás, enquanto garantia que iria usar todos os instrumentos disponíveis para evitar qualquer demissão na empresa, Pablo Di Si, presidente da Volkswagen América Latina, resumiu o sentimento do setor em relação à falta de políticas públicas para estimular a indústria, evitar cortes e criar uma agenda de desenvolvimento para tornar o País relevante no cenário global: "O governo tem a visão de não apoiar diretamente nenhum setor industrial do País. Eu respeito isso, mas essa política terá consequências. Precisamos de uma estratégia para os próximos 10 a 20 anos. Se nada for feito, o setor não sobrevive", alertou.

A associação dos fabricantes, a Anfavea, não se animou com os recentes crescimentos mensais das vendas em julho e julho, segue com sua projeção de retração de 40% nas vendas deste ano, algo em torno de apenas 1,6 milhão de veículos, volume muito abaixo do necessário para sustentar a indústria em seu tamanho atual, com capacidade para produzir cerca de 4,5 milhões de unidades/ano.

Para piorar, a entidade entende que, no cenário mais otimista, só em 2025 o mercado brasileiro volta ao mesmo nível de 2019, perto de 3 milhões – o que também já não era considerado suficiente.

DEMISSÕES COMEÇARAM E TENDEM A AUMENTAR

Sem uma visão positiva sobre o futuro, **as demissões ou os preparativos para isso já começaram e tendem a aumentar**. Algumas empresas sequer quiseram esperar o fim do período máximo de flexibilização de contratos, com uso de instrumentos como reduções de jornada e salários ou afastamento temporário (layoff).

Nissan e Renault já fecharam turnos e demitiram 398 e 747 pessoas, respectivamente – no segundo caso os cortes foram anulados em troca da abertura de um programa de demissão voluntária (PDV) que tem o mesmo objetivo de reduzir o quadro de funcionários.

De acordo com números divulgados pela Anfavea, a indústria desligou 1.484 empregados somente em julho e 6.148 foram demitidos nos últimos 12 meses. Quase todas as fabricantes de veículos estenderam os regimes de layoff e jornada reduzida, com reduções salariais. Outras usaram esses instrumentos e abriram PDVs.

O problema maior virá após novembro, quando chegam ao fim os prazos máximos de afastamento e, se nada mudar no horizonte, a tendência é de uma escalada nas demissões nas montadoras e, por consequência, em seus fornecedores.

INVESTIMENTOS E LANÇAMENTOS ADIADOS OU CANCELADOS

A Anfavea estima que o faturamento dos fabricantes associados, em torno de R\$ 200 bilhões/ano, por força da crise econômica será reduzido em 30% a 40% este anos, equivalente a perdas de R\$ 60 bilhões a R\$ 80 bilhões, que só deverão ser recuperadas lentamente ao longo dos próximos anos. Desta vez, as matrizes no exterior, também afetadas pela pandemia, não poderão socorrer suas subsidiárias. Sem recursos, investimentos e lançamentos terão de ser forçosamente adiados ou até cancelados.

É verdade que mesmo após a instalação da pandemia no País a indústria continuou a fazer lançamentos importantes de novos veículos. Mas estes e os que ainda vão acontecer até o fim deste ano e no próximo já estavam programados e, no máximo, sofreram pequenos

ajustes ou precisaram ser adiados em poucos meses à frente. O problema é o que vem depois disso, especialmente a partir de 2022. Sem dinheiro para investir agora, parece óbvio que muitos projetos vão ter de ser paralisados, congelados, postergados ou até cancelados.

Exemplo de como a crise já afetou planos futuros de investimento é o SUV Territory, importado da China e lançado este mês pela Ford no Brasil, conforme planos anunciados há mais de um ano. Existia a expectativa que o modelo pudesse ser produzido na Argentina, mas a Ford foi clara em dizer que o cenário atual engavetou qualquer projeto nesse sentido.

ATRASO TECNOLÓGICO À FRENTE

Sob o argumento de que não há recursos em caixa para desenvolver e adaptar tecnologias de redução de emissões de poluentes exigidas para atender as próximas fases da legislação brasileira estabelecida pelo **Proconve L7 (veículos leves) e P8 (pesados), que deveriam entrar em vigor a partir de 2022/23, a Anfavea admitiu que já pediu ao governo o adiamento das próximas etapas do programa em dois a três anos**. A entidade calcula que seriam necessários investimentos de R\$ 12 bilhões para começar a produzir veículos nacionais que atendessem às novas normas de emissões.

Também entrou na alça de mira dos fabricantes tentar adiar, por prazo ainda não revelado, a adoção de alguns sistemas de segurança ativa, como frenagem automática de emergência, alerta ou assistência de troca de faixa, e até mesmo o controle eletrônico de estabilidade (ESC) que já é obrigatório para todos os novos produtos e passaria a ser exigido por lei para todos os veículos vendidos no País a partir de 2022.

São dois tipos de atrasos tecnológicos (emissões e segurança) que afetam diretamente a saúde pública e seus custos, já que cada doença respiratória ou acidente evitados salva vidas e ajuda a economizar parte dos bilhões gastos anualmente pelo governo e rede médica privada com atendimentos de emergência, tratamentos e reabilitações.

Ainda que as sequelas dessa crise sejam inevitáveis, já passou da hora de tentar mitigar seus efeitos por meio de políticas públicas de incentivo à recuperação econômica. Ainda há tempo de reduzir as perdas para o setor automotivo, mas em breve pode ser tarde demais.

COMENTÁRIOS

LuísGomes

Pedro, mais uma vez o mercado automotivo nacional segue em mares bem turbulentos. Mesmo após 60 anos, continua com uma série de problemas e instabilidades. Todavia, ainda entendo que nosso modelo de indústria é totalmente equivocado. Na realidade, somos aqui apenas uma indústria de montagens totalmente dependente das matrizes no exterior e incentivos governamentais locais. Nosso produto não tem valor agregado e sequer melhorado. Basta comparar nosso segmento com os mercados da Europa ou mesmo asiático. Não somos precursores de nada. Enquanto formos meros fabricantes, sem inclusão de valores, viveremos desta forma.

MarcosEdson Nava

Caro Pedro, como você mesmo mencionou neste brilhante artigo: "Dois tipos de atrasos

automotivebusiness.com.br/artigo/1942/covid-19-comeca-a-impor-suas-sequelas-a-industria-automotiva

tecnológicos (emissões e segurança) que afetam diretamente a saúde pública e seus custos". Acho que o nosso governo é omissivo em dois pontos: 1. Não fomenta o desenvolvimento industrial com políticas estruturantes de médio e longo prazo. 2. Negligência em não exigir das montadoras que nossos veículos sejam menos poluentes e mais seguros.

MarcioLuiz Lopes

Boa noite para todos. Como qualquer empresa multinacional a matriz estará sempre na frente, tanto no gerenciamento dos recursos e investimentos, como no desenvolvimento de tecnologias. Para termos um cenário favorável precisamos retomar o ressurgimento das montadoras nacionais. Desde a saudosa Gurgel até a Engesa, com certeza mais modernizadas; empresas que tinham o setor de desenvolvimento e tecnologia sempre atuantes. É inaceitável que um país com este tamanho e população fique na dependência de montadoras estrangeiras. Certamente em uma crise mundial como estamos todas as montadoras irão optar em investir seus recursos nas matrizes, uma questão de sobrevivência tecnológica e as subsidiárias ficarão naufragando à deriva até que seja dada um rumo que pode não ser bom independente de qualquer incentivo do governo. Porque somos simplesmente linhas de montagem e podemos ser transferidos para qualquer lugar ou país. Precisamos sim de mais incentivos para retomada de desenvolvimento tecnológico nacional e nacionalização de componentes, não banalização dos produtos nacionais e super valorização dos importados. Talvez tenhamos um menor impacto se algumas ações deste tipo forem tomadas.

Roberto

É fato que o governo pode arrecadar mais desonerando/ incentivando setores e impulsionando o consumo. Mas sinto que não seja o caso, como foi a redução do IPI por crise de 2008. O consumidor tem mudado de perfil. Parece estranho o que vou falar, mas repare em novos lançamentos de prédios de São Paulo e outras capitais, apartamentos pequenos e sem vaga de garagem. Essa nova geração de adultos não quer ter um carro...no máximo quer usar um carro e de preferência com motorista/ uber...tanto carro como habitação estão muito caros (aos olhos dos novos adultos) para justificar alocar sua renda/ patrimônio nisso e bancar a depreciação (no caso do carro). E o comentário do Luis Gomes acima expressa muito o que percebo também. No Brasil, com pouquíssimas exceções, relacionadas a projetos pontuais, somos meros fabricantes de tecnologias desfasadas. Basta ver que os melhores veículos vendidos no Brasil ou são importados ou tem alto % de componentes importados, principalmente os relativos eletrônica embarcada e sistemas de segurança. Enquanto não desenvolvermos tecnologia, estamos fadados a enfrentar crises sem nenhum tipo de arma, uma vez que apenas o nosso volume de produção era a nossa força para justificar produção local. Por fim, estamos perdendo uma grande oportunidade futura que seria desenvolver sistemas híbridos a etanol, de baixo custo, próprios para o Brasil, e também pegar o bonde da eletrificação. Essa mudança na matriz da mobilidade é uma oportunidade de encostarmos no progresso tecnológico. Felizmente temos algumas empresas que são verdadeiras guerreiras no desenvolvimento desta tecnologia, mas infelizmente não temos um governo que priorize a sustentabilidade e auto-suficiência tecnológica...alias, não temos e nunca tivemos

Conte-nos o que pensa e deixe seu comentário abaixo

Nome

E-mail

Escreva aqui seu comentário

Enviar

Os comentários serão publicados após análise. Este espaço é destinado aos comentários de leitores sobre reportagens e artigos publicados no Portal Automotivo Business. Não é o fórum adequado para o esclarecimento de dúvidas técnicas ou comerciais. Não são aceitos textos que contenham ofensas ou palavras chulas. Também serão excluídos currículos, pedidos de emprego ou comentários que configurem ações comerciais ou publicitárias, incluindo números de telefone ou outras formas de contato.

RECEBA POR E-MAIL A NEWSLETTER AUTOMOTIVE BUSINESS

Para receber todos os dias as notícias mais importantes do setor automotivo nacional e internacional, sem nenhum custo, basta inserir seu e-mail no campo abaixo

VEJA TAMBÉM

OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO | 19/11/2020

Crescimento é forte, mas insuficiente

Expansão do mercado é limitada por falta de insumos, aumento de custos e economia fraca



OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO | 09/10/2020

Projeções melhoram em mercado restrito a quem tem alta renda

Setembro foi melhor até do que meses antes da pandemia, mas venda de veículos novos segue retraída no ano e concentrada em pequena fatia da população



OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO | 10/09/2020

Recuperação dá sinais de desaceleração; cenário melhora, mas ainda é ruim

Fim de medidas de proteção ao emprego e auxílio emergencial poderão realimentar crise econômica



12/12/2020

Covid-19 começa a impor suas sequelas à indústria automotiva

OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO | 14/08/2020

Covid-19 começa a impor suas sequelas à indústria automotiva

Demissões, investimentos cancelados, atraso tecnológico, prorrogação de prazos para atender normas de emissões e segurança: são legados da crise



OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO | 08/07/2020

Quanto mais se vê o futuro, pior ele fica

Primeiras projeções de Anfavea e Fenabreve indicam recessão profunda e recuperação muito lenta



OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO | 09/06/2020

A casa vai cair: Anfavea vê mercado 40% menor, sinaliza demissões, pede ajuda estatal

Representante dos fabricantes de veículos tenta negociar estímulos à indústria



OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO | 12/05/2020

O muito ruim no Brasil é pior

Crise trazida pela pandemia expõe misérias nacionais que fazem o País sofrer mais para superar o desastre econômico



OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO | 07/04/2020

A tempestade perfeita chegou, fechou o tempo e deixa clima sem previsões

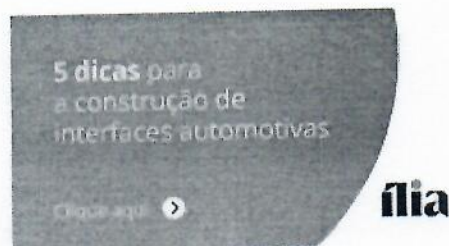
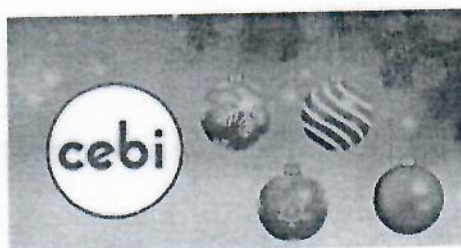
Projeções ainda são muito voláteis, mercado pode cair de 15% a 60%, tudo depende de quanto a pandemia de coronavírus vai afetar a economia

**OBSERVATÓRIO AUTOMOTIVO** | 24/03/2020

Vírus sufoca crescimento, cura será lenta e dolorosa

Maior parte da indústria automotiva já está parada. Mas o pior pode ser o que vem depois

[Ver todas as notícias](#)



Inteligência



Vendas de Veículos Usados | Janeiro-Novembro 2020

Fonte: Fenabrave



Projeção veículos leves – novembro 2020

Fonte: IHS Markit

Ve
Re
No
-

AUTOMOTIVE BUSINESS

Avenida Iraí, 393, CJ 53, Moema, São Paulo - SP - CEP 04082-001 | Tel.: (11) 99996-1656

Recebemos o e-mail com o despacho em anexo.

Porem gostaria de saber se o recurso anteriormente enviado foi analisado?

Não obtivemos nenhum retorno da prefeitura.

Att,

JAQUELINE PASCHOI

SUPERVISORA COMERCIAL

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

(43) 3338-7221

De: ADM <adm@webvalor.net.br>

Enviada em: sexta-feira, 29 de janeiro de 2021 11:18

Para: comercial1@webvalor.net.br; comercial@webvalor.net.br

Assunto: ENC: Despacho- Multa

De: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras [mailto:pmsjpalmeiras@gmail.com]

Enviada em: sexta-feira, 29 de janeiro de 2021 11:02

Para: adm@webvalor.net.br; financeiro@webvalor.net.br

Assunto: Despacho- Multa

Segue em anexo documentos emitidos pela prefeitura de São José das Palmeiras/PR, ref. multa.

Serão também encaminhados pelo correio os originais.

Att

Sandra



Livre de vírus. www.avast.com.



Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

RES: Despacho- Multa

1 mensagem

Comercial <comercial@webvalor.net.br>

29 de janeiro de 2021 14:09

Para: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

Boa tarde

O documento de 25/11/2020 não é o recurso administrativo.

O recurso é o que enviamos em janeiro/2021 conforme e-mail anteriormente enviado.

O qual não recebemos nenhum retorno.

Att,

JAQUELINE PASCHOI

SUPERVISORA COMERCIAL

ANTONHOLI & GARCIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

(43) 3338-7221

De: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

Enviada em: sexta-feira, 29 de janeiro de 2021 13:43

Para: Comercial <comercial@webvalor.net.br>

Assunto: Re: Despacho- Multa

Boa tarde, sim foi analisado.

Porém foi indeferido pelo jurídico já no documento que vocês receberam pelo correio no dia 25/11/2020.

Em sex., 29 de jan. de 2021 às 11:26, Comercial <comercial@webvalor.net.br> escreveu:

Bom dia

29/01/2021 14:1